

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

ATA Nº 006

PRESIDENTE - DEPUTADO VALDIR BARRANCO

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, por mim requerida, com o objetivo de debater o tema: Rádios Comunitárias em Mato Grosso.

Convido para compor o dispositivo os Ilm^o Srs. Marcy Monteiro, Secretário-Adjunto de Comunicação, neste ato representando o Secretário Estadual de Comunicação, Sr. Kleber Lima; Sr. Paulo Nunes, Chefe de Gabinete, neste ato representado o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Sr. Antônio Joaquim; Dr. Fernando Ciscato Bastos, Defensor Público; Sr. José Praxedes Pereira da Silva, Gerente da ANATEL, Agência de Telecomunicações, Unidade Operacional de Cuiabá; Sr. Ernesto Hideo Okano, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Sr. Jonail da Costa Silva, Secretário- Adjunto de Relações Comunitárias de Cuiabá; Sr. Volney Albano, Assessor Parlamentar, neste ato representando o Deputado Federal Ságua Moraes; Sr. Geremias dos Santos, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Rádio Difusão Comunitária Nacional - ABRAÇO e Presidente da ABRAÇO em Mato Grosso; Sr. Valdecir Pereira Borges, Palestrante e Presidente da Associação Brasileira de Rádio Difusão Comunitária-ABRAÇO, de Goiás; Dr. Edson Spentof, Palestrante e Professor da Universidade Federal de Mato Grosso, *Campus* Barra do Garças. (PALMAS)

Composta a mesa, convido todos e todas para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Quero agradecer a todos os presentes, de modo especial, a Vanda Santi, Vice-Prefeita de Porto Estrela; Valcir Jacob Lazarete, Vereador de Nova Guarita; Nelci Venturino da Lógrio, Vereadora do Município de Santa Rita do Trivelato; Professor, companheiro, Carlito Pereira da Rocha, Vereador do Município de Juína; Vonisson Gomes Santos, Secretário Municipal de Turismo de Reserva do Cabaçal; Narciso Ribeiro da Costa, Secretário Municipal de Turismo de Itaúba; Dr^a Sandra Gomes, Procuradora do Município de Confresa, neste ato representando o Vice-Prefeito José Pereira Cordão; Auriane Alves Prata Oliveira, Gestora de Assistência, neste ato representando o Prefeito Municipal de Salto do Céu, Wemerson Adão Prata; André Ribeiro, Diretor do Escritório da Rádio Cuiabá; Heitor Balestrim, Vice-Presidente da Rádio Comunitária Araguaia FM, do Município de Nova Guarita; José Gonçalves Lourenço, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Flor de Minas, de Cuiabá/MT; Sr. Elizeu da Silva, o Xum Xum, Presidente da Associação Quilombo Urbano Capão de Negro Cristo Rei, Várzea Grande; Sr. Manoel Domingos Lúcio, Vice-Presidente da Associação Comunidade Negra Rural Quilombo Mata Cavalo de Cima; Sr. Benedito Paulo de Abreu, Diretor de Cidadania Federação Mato-Grossense de Associações de Moradores de Bairros.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

Quero, de sobremaneira, agradecer também à imprensa, que se faz presente, que é de extrema importância na divulgação desse evento, em que trataremos de comunicação e de equipamentos fundamentais para a divulgação da informação, para a democratização do acesso à informação no Estado Mato Grosso. E nos lugares mais longínquos das comunidades, mais distantes, nos distritos onde não temos a presença de rádios comerciais, as rádios comunitárias são de extrema importância, de relevância para a comunicação, para o entretenimento e, de maneira importante, para levar informação para os cidadãos e cidadãs.

Quero, de forma especial, também cumprimentar e agradecer a nossa *TV Assembleia* e a *Rádio Assembleia*, que fazem a cobertura ao vivo dessa Audiência Pública, nós sabemos da enorme responsabilidade nossa com este evento.

Quero agradecer o Sr. Geremias, da ABRAÇO, que nos procurou no ano passado, dizendo sobre a importância de se fazer, de se promover uma Audiência Pública para dialogar com a sociedade mato-grossense sobre o tema, para esclarecer algumas dúvidas e também deste mandato se colocar à disposição, enquanto representante do povo aqui na Assembleia Legislativa para diminuir as distâncias entre as rádios comunitárias, os poderes públicos, entre as associações, cooperativas e demais instituições que querem pleitear uma rádio comunitária em suas comunidades.

Então, esta Audiência de hoje, nós sabemos da importância de quem está presente, mas também daqueles que não puderam vir por um motivo ou por outro, daqueles que estão distantes e que nos acompanham pela *TV Assembleia* e pela *Rádio Assembleia*, que transmitem ao vivo para toda a América Latina. E para quem não assistir, ao vivo, depois, nós disponibilizaremos as inserções para que possa acompanhar tudo o que for debatido na Audiência Pública, nesta tarde de quinta-feira.

Quero agradecer a presença e cumprimentar meu amigo Ademir Cordeiro, Presidente do Sindicato dos Taxistas do Norte do Estado de Mato Grosso, residente no Município de Alta Floresta, já nos conhecemos há um bom tempo.

Agradecer as presenças dos representantes da Rádio Comunitária FM, de Confresa; Rádio Alternativa FM, de Várzea Grande; Rádio Comunitária Nativa FM, de Cláudia; Rádio Shalom, de Cuiabá; Rádio Comunitária CPA FM; Rádio Comunitária Araguaia FM; Rádio Conquista FM, de Conquista d'Oeste; Rádio Metrôpoles FM, de Cuiabá.

Senhoras e senhores, o serviço de rádio difusão comunitária foi criado pela Lei nº 9.612 de 1998 e regulamentado pelo Decreto nº 2.615 de 1998. Trata-se de rádio difusão sonora em frequência modulada FM de baixa potência, 25 watts, e cobertura restrita a um raio de 1 quilômetro, a partir da antena transmissora. Podem explorar esse serviço somente associações e fundações comunitárias sem fins lucrativos e com sede na localidade da prestação de serviço.

As estações de rádios comunitárias devem ter uma programação pluralista, sem qualquer tipo de censura e devem ser abertas às expressões de todos os habitantes da região atendida.

As rádios comunitárias nas comunidades onde estão instaladas fazem a diferença no que concerne à comunicação com os moradores, além de divulgar e preservar a cultura local, mantendo gestos e traços da história das pessoas que residem nas localidades mais afastadas do Estado e do País.

A comunicação é fundamental para manter as comunidades informadas a respeito das temáticas do interesse dos cidadãos e cidadãs. O diálogo constante permite os avanços da consciência da população em relação às políticas públicas. Precisamos apoiar as iniciativas das comunidades para garantir rádios comunitárias. O primeiro passo necessário para a habilitação de emissora de rádio difusão comunitária para as associações comunitárias e fundações sem fins

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

lucrativos é fazer constar em seus respectivos estatutos o objetivo: executar o serviço de rádio difusão comunitária, garantindo transparência e lisura no processo.

A presente Audiência Pública se justifica pela necessidade do Estado de Mato Grosso de ampliar a presença de rádios comunitárias nas diversas comunidades, integrando-as e permitindo que as informações cheguem a todas as pessoas, garantindo o acesso à cidadania.

Comunicação é condição para empoderar a população excluída, permitindo que a mesma conheça direitos, conquistas e passe a lutar pela defesa dos mesmos.

A rádio comunitária engrandece a populações locais, dissemina a cultura à raiz, integra a vida em comunidade e faz crescer as possibilidades de melhoria do conhecimento da população frente às políticas públicas.

Diante do trabalho realizado pelas rádios comunitárias, o Estado de Mato Grosso precisa distribuir a verba pública de propaganda e publicidade, também, com as rádios comunitárias.

Este ano o Estado de Mato Grosso gastará cerca de 50 milhões de reais com a comunicação e as rádios comunitárias precisam, também, ter uma fatia desse orçamento para que continuem prestando relevantes serviços à comunidade.

As rádios comunitárias precisam sobreviver. Inclusive, protocolamos ofício no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para que o Presidente, Conselheiros Antônio Joaquim, possa intervir nessa questão e, também, dar sua contribuição institucional para que as rádios comunitárias sobrevivam acessando o dinheiro público de mídia.

Quero aproveitar para pedir encarecidamente ao representante do Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Antônio Joaquim, nosso amigo Paulo Nunes, que leve esta nossa mensagem ao Presidente Antônio Joaquim.

Agradeço a presença de todos e todas.

Registro a presença do nosso Deputado Estadual Prof. Allan Kardec, que compõe conosco o dispositivo.

Agradeço, também, a presença do querido Prof. Edson Spenthof, da Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* de Barra do Garças; Sr. Valdeci Pereira Borges, Presidente da ABRAÇO de Goiás e do nosso companheiro Geremias dos Santos, Coordenador Executivo da ABRAÇO Nacional e Presidente da ABRAÇO do Estado de Mato Grosso.

Quero agradecer, também, o Ex-Prefeito do Município de Cláudia, João Batista, nosso amigo aqui presente.

Como se trata de uma Audiência Pública, se alguém tiver alguma dúvida e quiser interpelar os representantes da mesa, nós abriremos para as inscrições com o Cerimonial desta Casa e a Prof.^a Rosa Neide, que é nossa Chefe de Gabinete, também, estará auxiliando.

Quero agradecer o Cerimonial da Assembleia Legislativa que sempre nos dá todo suporte e de maneira tão carinhosa tem nos permitido obter maior sucesso nas Audiências Públicas.

Então, quem quiser fazer as inscrições, à medida que for aberto para os pronunciamentos das autoridades da mesa e, depois, dos palestrantes, podem procurar o Cerimonial, pois, após depois abriremos para ouvir os presentes na plateia.

Convido o nosso querido Deputado Prof. Allan Kardec para fazer uso da palavra.

O SR. PROF. ALLAN KARDEC – Boa tarde!

Eu quero parabenizar o Presidente desta Audiência Pública, meu Líder, Deputado Valdir Barranco.

Quero registrar, Deputado, que a última Audiência Pública que Vossa Excelência presidiu já entrou para os Anais desta Casa como uma das maiores Audiências Públicas com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

mobilização do povo trabalhador e das trabalhadoras, que foi a Audiência Pública para discutirmos a Reforma da Previdência.

Vossa Excelência está de parabéns!

Nós temos feito um trabalho de excelência e temos que agradecer essa sua força e o empenho que a sua equipe tem dedicado a dar vozes àquelas parcelas da sociedade que muitas vezes não tinham acesso a este Parlamento.

Vossa Excelência está de parabéns! Vai ter sempre o meu apoio.

Em nome do Geremias, eu abraço todos e todas que fazem rádio comunitária no Estado de Mato Grosso, que já fizeram, que tem história.

A turma do rádio tem todo o nosso apoio. E aí, Jurandir, o senhor que já acabou de levantar, que foi Secretário de Estado, Secretário de Município, é um entusiasta das rádios. Eu tenho no meu gabinete um radialista que é professor, inclusive, de rádio e difusão, que é o J. Gomes. Acredito no movimento.

Eu estou vendo aqui companheiros do movimento Quilombolas. É só lá na rádio comunitária que o movimento consegue ter voz.

Eu vou ser bastante breve, porque estamos aqui para ouvir. Estarei aqui atento, ouvindo cada um e cada uma de vocês. Audiência é para isso. Temos uma mesa formada e cada um de vocês vai ouvir os componentes dela.

Quero dizer, Aberides, que é um militante da rádio comunitária no Cristo Rei, que estamos aqui para somar esforços. O nosso líder Deputado Valdir Barranco e o Deputado Allan Kardec unidos para esse movimento das rádios comunitárias.

Eu ouvi atentamente o Deputado falar com relação ao requerimento ao Tribunal de Contas. Acredito que nós teremos um retorno positivo. Não dá para a Prefeitura, para a Câmara Municipal, para o Governo do Estado, para a Assembleia Legislativa ter verba alta de comunicação, no caso Estado de Mato Grosso, 70 milhões de reais, e não ter nenhum centavo sequer para a rádio comunitária.

Então, essa é a nossa principal luta. Cada Câmara Municipal desses 141 municípios, cada um desses 141 municípios, a Assembleia Legislativa, as Secretarias de Estado, que tenham também a possibilidade de investir um pouco da sua verba publicitária nas rádios comunitárias.

Eu estarei somando a Vossa Excelência, Deputado, nessa luta e esperamos que o Tribunal de Contas nos dê esse retorno.

Uma grande tarde a todos! Uma boa Audiência Pública e contem conosco! Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Deputado Allan Kardec.

Quero registrar que a vinda de Vossa Excelência para este Parlamento muito tem reforçado esta Casa, dado voz àqueles que mais precisam de, por meio da nossa representação, falar nos microfones, nos meios de comunicação.

Vossa Excelência destacou a Audiência Pública da última sexta-feira, dia 10, no Teatro Zulmira Canavarros, onde estiveram presentes mais de mil pessoas para fazer o debate sobre a reforma da Previdência.

A sua presença, Deputado Allan Kardec, fortalece o povo no momento em que temos que chegar a cada cidadão, a cada cidadã para que ele se desperte antes que seja tarde demais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Não podemos deixar que retirem o nosso direito de aposentadoria, o direito principalmente das pessoas mais pobres, que sonham, e das mulheres, que são mais afetadas, dos trabalhadores rurais, dos ribeirinhos, dos pescadores, dos artesãos, que estão sofrendo essa ameaça de perderem o direito de aposentadoria, porque vão ter que ter 49 anos de contribuição, vão ter que começar a trabalhar com 16 anos para se aposentar aos 65 anos se não deixar de contribuir nenhum dia, nenhum ano.

Nós sabemos que hoje temos 14 milhões de desempregados no Brasil, significa dizer que são 14 milhões que já não vão mesmo, que se contribuíssem todos os dias deste os 16 anos, ainda iriam aos 70, 75, 80 anos, ou seja, só teriam obtido o seu direito de aposentadoria depois de morto, que não resolve mais.

Eu agradeço a sua fala também em defesa das rádios comunitárias, Deputado.

Quero cumprimentar a Rádio Comunitária FM 105,9, de Cuiabá; a Rádio Comunitária Inclusiva FM 87,9, de Alta Floresta; a Rádio Comunitária Ativa FM, de São José dos Quatro Marcos; a Rádio Comunitária Paranaíta 87,9; a Rádio Comunitária Alternativa FM, de Várzea Grande, 105,9; a Rádio Comunitária Vale FM de Barra do Bugres; a Rádio Comunitária Cidade FM 87,9, de Juara.

Cumprimentar aqui, também, o meu amigo e companheiro Adão de Góis Alves, Presidente da Rádio FM Vale, de Barra do Bugres; o Marco Antônio de Matos, da Rádio Estação VG, da cidade de Várzea Grande; Edson Pires, Presidente da Associação Bairro Jardim Brasil Cuiabá.

Quero convidar o nosso primeiro palestrante de hoje, para fazer uso da palavra e proferir a sua palestra, Sr. Valdecir Pereira Borges, Presidente da Associação Brasileira de Rádio Difusão Comunitária de Goiás (PALMAS).

O SR. VALDECIR PEREIRA BORGES - Boa tarde a todos e a todas!

Eu sou de Goiás.

Em nome do Deputado Valdir Barranco, cumprimento inicialmente os componentes da mesa, todos os integrantes do Gabinete do Deputado, que nos acolheu, e agradeço o convite do Sr. Geremias dos Santos, nosso amigo da Direção Nacional da ABRAÇO, conosco nessa luta há algum tempo.

Permite-me aqui citar outro nome da mesa, um prazer saber que está aqui em Mato Grosso, o meu amigo e companheiro de luta de rádios comunitárias em Goiás, que está ali em Barra do Garças, o Edson Luiz Spenthof, militante do Movimento de Rádio Comunitária lá; a sua esposa Karina Benedeti, também, foi Presidente da ABRAÇO Goiás. Então, estamos nessa luta há um bom tempo.

Eu costumo dizer que estamos nessa luta desde criança. Eu comecei nessa luta, nessa seara, nessa disputa pela democratização da comunicação em 1995, quando na ABI - Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Rádio Difusão Livre Comunitário. Então lá começou.

Em 1996 criamos a ABRAÇO - Associação Brasileira de Rádio Difusão Comunitária e por um bom tempo tivemos a experiência boa, juntamente, com o nosso amigo Spenthof, da criação, da movimentação da ABRAÇO lá em Goiás.

Hoje estou na coordenação da ABRAÇO Goiás e temos lá quase 187, se não me engano, rádios comunitárias autorizadas. Goiás tem 246 municípios e no ar, efetivamente, estamos com em torno de 160, 170 rádios da modalidade comunitária no ar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Depois quero falar rapidamente sobre outra atividade que exercemos lá, via ABRAÇO, mas, primeiro, dessa questão da sustentabilidade, convite que me fizeram para falar da nossa experiência em Goiás, Deputado.

Há muito tempo a ABRAÇO Nacional e todo movimento vêm lutando para ter uma parte no orçamento da União, no orçamento do Estado, dos municípios para as rádios comunitárias. Quer dizer, o Governo Federal... Quando você liga a televisão, a rádio, está lá a propaganda do Governo Federal, por meio da Petrobras, empresas do Governo do Estado, empresa de saneamento, empresa de energia, ou seja, o Governo do Estado, o Governo Federal está colocando dinheiro nas emissoras de rádio, de televisão. E nós também, como rádios eminentemente dirigidas pela comunidade que prestam esse serviço para a comunidade, queremos parte desse dinheiro, queremos parte da mídia pública para as rádios comunitárias.

Mas a Lei nº 9.712, que cria serviços de rádio difusão comunitária, parece não proibir explicitamente que a rádio comunitária não pode ter mídia pública, que o órgão público não pode anunciar na rádio comunitária, mas diz que a rádio comunitária poderá receber patrocínio a título de apoio cultural. Esse negócio virou... Nem o Governo Federal sabe de direito o que é apoio cultural, nem o Ministério sabe direito o que é o tal do apoio cultural, como ele se define.

A Justiça entendeu, porque ela foi instigada pela ABERT, a nossa adversária, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão Comercial, a Justiça entendeu que sim. Então, as rádios comunitárias não podem ter mídia de recurso público. Órgão público não pode anunciar nada da rádio comunitária. Esse é o entendimento da Justiça.

Então, vimos lutando nesta questão para que possamos também receber mídia pública do próprio Governo Federal, dos Governos dos Estados, Governos municipais.

Em 2015, agora há pouco tempo, nós conseguimos, conversando, dialogando com o Ministério das Comunicações, a ABRAÇO, que o Ministério das Comunicações publicasse uma, se não me engano a Portaria nº 462, que permitia, estava escrito na Portaria, que órgão público pudesse então anunciar nas rádios comunitárias. Está lá num artigo na Portaria nº 462.

O que aconteceu?

A ABERT, liderada pela Rede Globo, que são das emissoras comerciais, entrou com uma ação na Justiça e derrubou esse artigo. Manteve lá a Portaria, pode algumas coisas e outras, manteve alguns avanços que conseguimos, mas a mídia não pode: “esse tem que ser para nós, para as comerciais”. Então, a ABERT conseguiu na Justiça.

A ABRAÇO entrou também no processo, porque ela é parte interessada, quem é advogado aqui sabe, como *amicus curiae*, entrou no processo e esse negócio está rolando. Então, está derrubada.

Essa situação ficou difícil.

Nós conversamos no mês de maio de 2015 com a SECOM, a Secretaria de Comunicação do Governo Federal, com o Edinho Silva, que era Ministro da Secretaria de Comunicação Social, e propusemos, já havia essa conversa com a direção da ABRAÇO, já havia esse entendimento de que, então, tudo bem, não pode anunciar na rádio, nos microfones, não pode ser transmitido pelos transmissores da rádio órgão público, publicidade de órgão público, nós apresentamos uma proposta diferente, uma alternativa para sairmos dessa situação, que é o órgão público, o Governo, anunciar no *site* da rádio, porque todas as rádios, 99% delas, têm *site*. Então, anunciar no *site* da rádio.

Daí o Governo, a SECOM, na hora fez uma discussão com o departamento jurídico e apoiou a nossa proposta, entendeu que sim, no *site* da rádio pode, porque não está...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

Entendeu que seria possível, sim. Então, nós começamos os procedimentos com a SECOM do Governo Federal, para então cadastrarmos as rádios comunitárias na SECOM, e tinha todo um procedimento, que é novo para um Governo Federal, porque é acostumado a lidar com rádios comerciais, que são muitas, mas em comparação a quase cinco mil rádios comunitárias do Brasil é um negócio muito grande, e esse negócio começou a caminhar, o Governo discutindo com a Agência do Governo, que distribuía a mídia, mas até resolver essa questão veio o *impeachment*. Já estava cadastrando as rádios na SECOM, estava no processo de cadastrar as rádios na SECOM, teria que fazer uma alteração estatutária, prever no Estatuto a possibilidade de um código da Receita Federal que permite mídia, portais, *internet*, esse negócio todo, mas veio toda a crise, veio o processo do *impeachment* e foi tudo por água abaixo.

Mas em Goiás estávamos fazendo, paralelamente a essa discussão nacional que eu estava acompanhando, também estávamos fazendo com o Governo do Estado e quando surgiu essa possibilidade com o Governo Federal eu apresentei a proposta para o Governo do Estado e o Governo do Estado quis saber como é que era. Fomos a Brasília, eu e mais um representante do Governo do Estado, fomos à SECOM, vimos como é que era. “Então é possível”. E começamos uma discussão com o Governo do Estado para ver como iria fazer.

Só em 2016, ano passado, o Governo falou: “Então, vamos anunciar nos *sites*” e dispensou o tal do código lá na alteração estatutária de questão administrativa do Governo. Eles resolveram que não era necessário.

O que o Governo fez? Tem lá a Agência deles, o Governo repassa para cada rádio comunitária em Goiás, a que recebe menos recebe mil e duzentos, a outra faixa recebe mil e oitocentos e uma outra recebe dois e duzentos. É conforme o número de população do município. Até vinte mil habitantes são mil e duzentos e assim sucessivamente. São três faixas.

Como é que acontece? Apenas um *banner* do Governo do Estado a publicidade institucional do governo do Estado no *site* da rádio. E estamos recebendo essa mídia desde agosto do ano passado. É assim que vem ocorrendo.

É pouco? É. Ele acaba sendo pouco, mas é um recurso a mais que a rádio não tinha e que agora tem.

Para finalizar, depois podemos, oportunamente, havendo mais tempo, conversar mais sobre isso, outro problema que as rádios comunitárias têm, outras dificuldades que nós enfrentamos, rádios comunitárias do Brasil inteiro, é conteúdo, porque muitos às vezes começam fazendo a rádio e querem fazer um rádio no modelo comercial de rádio e falta conteúdo - não tem gente, não tem conteúdo.

Nós lá em Goiás temos um estúdio de produção radiofônica, a ABRAÇO de Goiás, e nós produzimos um programa de rádio, Deputado, de quinze, dezessete minutos, que é envidado todos os dias para as rádios comunitárias, ou seja, gravamos hoje, está sendo gravado agora, coloca no *site*, posta no *site*, baixa e coloca no ar no dia seguinte de manhã.

Tem hoje cerca de cento e trinta rádios que aderiram ao projeto e colocam o programa no ar. Agora a pauta do programa não é a pauta da globo, não é a pauta comercial, tanto é que o nosso programa se chama “Rádio Em Movimento”, porque a ideia era trazer para as ondas da rádio comunitária um programa que trouxesse para dentro da rádio, que levasse para as pessoas nas comunidades, as notícias do movimento social, do movimento sindical, das lutas do povo, da agricultura familiar, dos direitos humanos. É isso que fazemos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Nós conseguimos esse diálogo com o governo, conseguimos convencer o governo do Estado a repassar esse apoio financeiro para as rádios na publicidade no *site* e nós produzimos esse programa.

Esse programa é distribuído gratuitamente para as rádios. Nós distribuimos gratuitamente. Nós temos alguns parceiros, algumas entidades, como a federação Goiana de municípios, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Goiás, a Comissão Pastoral da Terra, um centro cultural, que nos ajudam financeiramente para bancar a produção do programa para pagar o pró-labore para as três, quatro pessoas que nos ajudam, que produzem o programa, nós disponibilizamos às rádios o programa para ser colocado no ar todo dia, de segunda a sexta. Já estamos na edição 710, começamos dia 07 de julho de 2014, de segunda a sexta-feira, nunca ficamos sem produzir um programa nenhum dia de lá para cá, de segunda a sexta-feira.

Então é isso que nós estamos fazendo lá, é claro que nem tudo é mamão com açúcar, não somos um exemplo diferente para o Brasil, ou seja, nós temos nossas dificuldades, isso é o que nós estamos fazendo, mas nós temos as dificuldades que as rádios como no Brasil todo têm, que é de sobrevivência.

Então, com esta mídia do Governo do Estado, desse relacionamento que fizemos com o Governo do Estado, o convencemos da importância de ele anunciar nesta rede de radio, que é uma rede de rádio extraordinária, imagina 130 emissoras de rádio, não está na radio, mas está no site da radio, levando a mídia do Governo.

Então nós conseguimos convencer o Governo disso e isto tem sido importante para as rádios e as outras situações que nós produzimos que é isso, que é o programa e este programa que nós fazemos, ele dá a oportunidade, Sr. Geremias, para que as rádios também utilizem ele como faturamento, nós temos uma rádio na cidade, só lembrando aqui, Cabeceiras que é perto de Brasília, na cidade de Cabeceira, nós produzimos o programa e no meio dele, nós deixamos a oportunidade para poder editar o programa, abrir o programa, nós deixamos o espaço, abre o programa e coloca uma publicidade local, do comércio local. Então também acaba sendo um produto que a rádio pode utilizar como captação de recursos na comunidade.

É isso, depois, nós podemos falar mais se necessário. Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Muito obrigado Sr. Valdecir.

Quero já convidar aqui o próximo palestrante Dr. Edson Spenthof, Professor da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Barra do Garças.

Aproveito para saudar o jornalista e radialista Robson Fraga, que aqui também representa o Sindicato dos Jornalistas do Estado de Mato Grosso, cumprimentar aqui o meu amigo, companheiro Sr. Albenides da rádio Alternativa FM de Várzea Grande.

O SR. EDSON SPENTHOF - Boa tarde a todos, cumprimento-os na pessoa do Deputado Valdir Barranco, a quem eu agradeço muito e a sua equipe também, pelo convite para estar aqui hoje falando nesse importante evento, também não poderia deixar de agradecer a ABRAÇO que de certa forma, certamente participa como co-organizadora deste evento.

Como eu fui mencionado pelo meu amigo Valdecir, quero agradecê-lo por essa lembrança e da mesma forma dizer que é uma grande satisfação estar aqui. Depois de 29 anos morando em Goiânia, 19 dos quais professor na Universidade Federal Goiás, agora estou a pedido meu, mais próximo da minha família e da família de minha esposa, a Karina Benedeti, citada pelo Valdecir, que também foi Presidente da ABRAÇO Goiás, em algum momento.

Eu também tenho a honra de ter na família meu irmão mais velho, Celso, que não pode estar aqui hoje, foi do conselho da rádio comunitária, Rádio Seriema em Água Boa na rádio

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

comunitária de lá, o Edilson que foi Vereador em Água Boa, depois sub-Secretário de Estado de Educação, sempre se interessou por esse tema, isso está um pouco no sangue, então, eu me sinto muito grato. Também estudo, pesquiso, o assunto principalmente do ponto de vista da democratização da comunicação. Porque falar de rádios comunitárias é falar de democratização, de liberdade e de igualdade.

Eu aqui me proponho um pouco, vou deixar para o Valdeci e para o Geremias falarem das lutas específicas do momento, de como está o cenário no momento. Falar um pouco de histórias e conceitos e de alguns desafios que do ponto de vista do olhar um pouco mais de fora de quem hoje está pesquisando e estudando o caso, me parece ser necessário apontar, espero que o tempo dê para eu abordar isso, se não der, nós complementaremos no debate depois.

Bem, Valdeci traz uma história, em 1995, com a fundação da ABRAÇO, mas efetivamente a Lei de Radio Difusão Comunitária, Lei 9.612 de 1998, é fruto de um evento surgido na universidade de São Paulo na USP, em 1989, denominado primeiro encontro nacional de rádios livres.

Então, começa surgir o termo “comunitária”, de rádios comunitárias, por proposta do professor José Carlos Rocha, ele era professor de direito, legislação e ética do curso de jornalismo, ele já propunha, na época, a Emenda Constitucional para legalizar, digamos assim, as rádios livres, as rádios chamadas também de piratas. Depois, no segundo encontro realizado em Goiânia, houve a promoção de uma figura que o Valdeci conhece Claudio Marques Duarte, radialista, formado na Universidade Federal de Goiás, que organizou, pelo Centro Acadêmico de Estudante de Curso de Radialismo, o segundo encontro lá. A proposta já veio bastante formada pelo professor José Carlos Rocha, da USP. Depois seguiu todo esse trâmite, um dos marcos principais é o surgimento da ABRAÇO, como já foi colocado aqui.

Como se chega à ideia e o que viria ser rádio comunitária?

Elas nascem como rádios piratas. Piratas, porque jovens ingleses nos anos de 1960, 1970, colocavam transmissores de rádios em embarcações na Costa do Reino Unido, na costa da Inglaterra e transmitiam para o Continente, no caso, para o Reino Unido, mensagens de interesse dos jovens e de combate dos conteúdos das emissoras estatais, com os quais esses jovens não concordavam, e essas transmissões tiveram enorme sucesso. Essas emissoras foram combatidas, mas elas transmitiam de fora do território marítimo sob o poder do Estado britânico. Por isso, o Estado britânico alargou inclusive o seu poder marítimo para abarcar e punir essas rádios, chamadas piratas. No Brasil também se confundiu durante muito tempo a expressão pirata e livre.

Até foi publicado, nos anos 80, se não me engano, um livro chamado algo assim: “Rádios livres, uma nova onda no ar, piratas são eles.”. Eles, no caso, seriam aqueles que acusam os que queriam fazer rádio difusão mais ilimitada, no âmbito mais comunitário, no âmbito mais específico, que eram rotuladas de piratas, para classificá-las como clandestinas e ilegais. Portanto, à margem, ao arrepio da lei, ao arrepio do Estado.

Mas as rádios comunitárias se desenvolvem e a partir daí surge essa ideia de um novo conceito, comunitárias. Comunitárias para prestar um serviço essencial à comunidade.

Como já foi muito bem tido aqui pelo Deputado Valdir Barranco, pelo Valdeci, para valorizar a cultura local, para permitir que a informação sobre a localidade chegasse à própria localizada, valorização do modo de vida local. Enfim, em resumo, nós poderíamos dizer que as rádios comunitárias desempenham um importante papel na estruturação de algo que nós costumamos, um pouco mais academicamente, um pouco mais teoricamente, chamar de esfera pública local.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

O que viria ser a esfera pública local? O conceito de esfera pública foi adotado pelo filósofo alemão Jürgen Habermas para classificar um espaço na sociedade que não é nem espaço privado – que é o nosso, das famílias, da intimidade – e nem espaço do Estado, especificamente institucional do Estado, mas é um meio em que estão localizados todos os cidadãos quando estão no exercício de sua cidadania para debater as questões de interesse público. Eu digo mais – digo isso, inclusive, na minha tese de doutorado –, também para circulação efetiva das informações.

Então, nesse sentido, as rádios comunitárias constituem e aumentam sensivelmente esse espaço de circulação das informações locais e de debate das questões públicas locais.

O Deputado Valdir Barranco utilizou aqui a expressão empoderamento, que também está aqui anotado nos meus improvisos. Empoderamento no sentido de empoderar cada cidadão. E aqui eu me valho de um conceito do Professor Victor Gentili, da Universidade Federal do Espírito Santo, que diz que a informação é um direito meio para que o cidadão realize outros direitos.

É fácil entender isso, se eu tenho informação, eu sei como cobrar melhor os meus direitos. Por isso a informação é um direito meio para conquistar outros direitos. Produzir plenamente conhecimento sobre a comunidade e sobre a grande comunidade global, se assim quisermos, também. E o conceito de rádios comunitárias, então, é um pouco disso que eu já disse, é muito do que o Deputado Valdir Barranco já disse antes, e ele está logo no art. 1º da Lei 6.612, como já foi lido, e também nas finalidades da rádio difusão comunitária, que está no art. 3º da Lei, que eu vou ler rapidamente:

“I - dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.”

Então, são conceitos bastante próximos e que nós poderíamos e podemos, em um debate permanente e constante, sempre aprimorar.

Essa Lei, então, teve vantagens e desvantagens, rapidamente, eu não vou comentar, eu vou apenas citar, porque o meu tempo não permite, mas quem sabe no debate comentar melhor. Tirou as rádios e as rádios difusoras comunitárias da ilegalidade, embora haja aqueles que, eu acho que plenamente assistidos no seu direito de assim pensar também, acreditam que, pelo simples fato de terem o transmissor e fazer a transmissão livre, não estão necessariamente na ilegalidade do ponto de vista de um direito macro, fora obviamente do direito positivo, que é aquele que está escrito em papéis, em livros, em cartilhas.

Mas, enfim, tirou da ilegalidade e, portanto, nunca a partir de então não se pode mais dizer que rádios comunitárias são rádios ilegais. Isso dá uma proteção às rádios difusoras comunitárias muito grande. Então, ele deu um sentido público a esta atividade, porque, afinal de contas, comunitário... Apesar de livre ser uma palavra bonita e liberdade ser uma das chaves para exercício pleno da cidadania e da própria condição humana, mas comunitária é diferente de ser livre.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Comunitário quer dizer que eu estou disposto a prestar um serviço de caráter público social para a minha comunidade e não que eu estou apenas interessado em divulgar conteúdos que me interessem, a minha música, a minha informação, a minha opinião, por exemplo. Então, esse conceito de comunitário ajudou muito a criar um segmento na comunicação nacional, contribuindo decisivamente para a democratização da comunicação e também é diferente de comercial, porque comercial como sabemos é aquele que visa o lucro.

Também democratiza a propriedade e a gestão, porque a Lei é muito clara, é necessário que haja fundações ou associações, compostas por no mínimo cinco entidades locais, para criarem, gerirem, administrarem, tocarem, inclusive, fazerem considerações sobre o conteúdo a ser divulgado por estas rádios comunitárias e isso é extremamente importante.

Veda o proselitismo religioso e político, claro se eu tenho apenas uma rádio livre e eu considero que sou livre para comunicar qualquer conteúdo, eu posso fazer proselitismo político e religioso usando do espectro eletromagnético. É bom? É correto? Não é? Temos que discutir, de toda forma o comunitário entra nessa brecha para fazer um serviço público interessante e não fazer proselitismo religioso e político.

Embora possa debater democraticamente religião, debater democraticamente política, desde que de forma plural e com representação de todos os segmentos da sociedade envolvidos.

Veda o uso para fins comerciais e o lucro, como eu já falei, obriga... E aqui quero chamar atenção, porque esta, em minha opinião, é uma das grandes tarefas da sociedade brasileira como um todo e não só no que diz respeito à rádio difusão comunitária.

A Lei 9.612 obriga no art. 4, eu vou repetir, obriga-as a serem plurais, ou seja, que sejam democráticas, equilibradas no que diz respeito à difusão de informação e opiniões.

Diz o § 2º do art. 4º da Lei 9.612:

“§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.”

Isso é extremamente importante, esse tipo de coisa que caracteriza e diferencia uma comunitária de qualquer outro segmento, inclusive dos comerciais. Quando... Não sei se todos sabem, lá na legislação brasileira a não ser na rádio difusão comunitária há um dispositivo como esse. Quando se pretende... Eu já fiz parte, como jornalista profissional, como professor de jornalismo, como presidente de sindicato de jornalista, como militante na Federação Nacional de Jornalista, no fórum pela democratização da comunicação. Toda vez que pretendemos apresentar um dispositivo como este valendo para toda mídia nacional, nos chamam de sensores. Como pode uma proposta que prevê a democratização, a pluralidade ser uma forma de censura, só porque há interesse em chamar isso de censura.

Também, como já foi muito bem lembrado pelo Deputado Valdir Barranco, ela garante a manifestação do cidadão, é preciso que nós da rádio comunitária nos atentemos para isso, § 3º art. 4:

“§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Então, isso é outro elemento fundamental de democratização da comunicação. Oras! Se nem a rádio comunitária, que está perto da comunidade e dos cidadãos, abre espaço para que o cidadão se manifeste, então nós efetivamente não temos democracia na comunicação brasileira, é preciso que nós atentemos para isso.

Obviamente, a Lei também trouxe vários limites e eu vou deixar muito mais para o Geremias e o Valdeci falarem e aprofundarem, mas só lembrando alguns: a capacidade do transmissor, que em alguns casos é muito baixa; a altura da antena; o financiamento, porque nós não podemos ter publicidade local, e não só apoio cultural... É uma forma até de democratizar a publicidade, os anúncios, os comerciais e, obviamente, por que não, também as rádios comunitárias - como já foi muito bem dito aqui - participarem do quinhão da mídia pública, mídia estatal; alcance geográfico também, e outras coisas.

Já foi mencionado pelo Valdeci a atuação, às vezes, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a ABERT, no sentido de limitar o pleno desenvolvimento da radiodifusão comunitária às vezes, porque eles veem tudo como concorrentes, assim como viram a implementação da Empresa Brasil de Comunicação. Acharam que era uma concorrência e aí, então, não poderia.

Tanto é que no art. 22, da Lei nº 9.612 está dito que as rádios comunitárias não podem reclamar da interferência de outros sistemas de comunicação, porque não vão ter amparo do Estado, mas podem ser fiscalizadas se intervierem em outras ... São aspectos que precisamos avançar.

Então, rapidamente, Deputado, vou colocar alguns desafios. Depois me coloco à disposição para comentá-los melhor: desafios das rádios comunitárias. Eu já disse que elas são importantes instrumentos na constituição da esfera pública local, nos programas informativos, etc. Quais são os desafios principais?

No campo institucional jurídico, eu penso que é preciso esclarecer conceitos, assim como para nós internamente também esclarecer conceitos.

Em qual sistema previsto no art. 223 da Constituição entram as rádios comunitárias? No art. 223 diz: “da complementaridade entres os sistemas estatal, público e privado...”, mas ele não menciona sistema de radiodifusão comunitária, e radiodifusão não é só rádio, é televisão também. Só que a Lei nº 9.612 restringiu a rádio, embora use o termo radiodifusão. Porque radiodifusão é uma questão técnica que envolve questão de emissão sinais de vídeo e de imagens, não só de áudios.

Então, nem as educativas e culturais e nem as comunitárias estão claramente mencionadas na Constituição. Isso pode, às vezes, ser um limite, talvez caiba uma emenda constitucional, porque isso é uma forma de valorizar na Lei Maior do País, que existem, ao menos subsistemas. Eu poderia muito bem concordar que rádios comunitárias, educativas e culturais fossem um subsistema do sistema público, que é aquele que não é estatal e não é privado.

Eu queria falar mais sobre esses sistemas e algumas propostas de clarear os conceitos, mas eu vou pular, porque o tempo não vai me permitir.

Também precisamos clarear ainda alguns aspectos do que é comunitário, por exemplo, em termos de âmbito, especificamente regional. O município é o âmbito máximo nosso? Queremos mais? Querendo mais vamos descaracterizar o sentido do que é comunitário? Não sei, é um debate a ser feito.

Outra coisa extremamente importante e que vale para toda a comunicação é: nós estamos no exercício da liberdade de expressão, na liberdade de informação, na liberdade de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

comunicação social. Isso precisa ser esclarecido. Vejam: eu já escrevi artigo sobre isso, a grande mídia, quando se tenta simplesmente debater o assunto comunicação, como ocorreu na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, em 2009, no qual as rádios comunitárias estavam muito presentes, a ABRAÇO estava muito presente, a *Rede Globo* fez um editorial, em nome de quase toda a grande mídia, com exceção da *Rede Bandeirantes* e a *REDETV*, que estiveram na Conferência, dizendo que aquilo era um centro - eu estou usando palavras minhas agora - de propagação de autoritarismo e censura. Como pode! Eles foram convidados! O formato da Conferência foi feito para beneficiá-las e elas não foram e chamaram o evento de autoritário. E lá foram aprovadas muitas propostas, aliás, essa tem que ser uma outra luta nossa, a implementação das propostas da CONFECOM, muitas delas dizem respeito às rádios comunitárias e a realização ao menos de uma segunda conferência, agora, para atualizarmos as nossas propostas e os nossos debates. Se nós estamos no campo da liberdade de expressão, estamos dizendo a mesma coisa que a *Rede Globo* e as grandes rádios dizem, confundindo a opinião pública, confundindo liberdade de expressão com liberdade de imprensa.

Liberdade de expressão, o titular do direito da liberdade de expressão, pela nossa Constituição, é o indivíduo, assim está consignado no capítulo das garantias e direitos individuais. Lá está, no inciso IV do artigo 5º, que todo mundo tem direito a expressão da sua opinião, e assim vai em outros incisos desse mesmo artigo, inciso IX, inciso XIV, com algumas observações e tal. Eles não estão no uso do direito individual da liberdade de expressão, estão na liberdade de comunicação social. Por isso, existe um capítulo na Constituição, dentro do título da ordem social, bem longe do art. 5º, lá do 220 ao 224, falando da comunicação social, pública, coletiva.

Então, a Rede Globo não exerce liberdade de expressão, exerce, no máximo, liberdade de comunicação e como diz o parágrafo 1º do art. 220, liberdade de informação jornalística, não é liberdade para tudo, é liberdade para, nos marcos sociais da ética, da pluralidade, da veracidade e tudo mais, apurar os fatos. O titular da liberdade de imprensa e da liberdade de informação jornalística não é nem o jornalista e nem o dono da emissora, é a sociedade, e a sociedade o exerce por meio do jornalista e da emissora. Isso é fundamental.

Então, nas rádios comunitárias, se nós estivermos pensando que é liberdade de expressão do diretor, do gerente de plantão, será que nós não estamos fazendo a mesma coisa que a rede globo faz? É um desafio. Nós temos que pensar nisso. A lei das rádios comunitárias nos veda a pensar assim. Aqui cabe um conceito de liberdade de expressão, e aí nós temos que fazer o dever de casa. E eu, como disse ao Valdeci, militante também das rádios comunitárias, portanto, estou falando de dentro, não estou falando da crítica de fora. A liberdade de expressão aqui é a liberdade da comunidade e não do diretor da rádio. Se não pensarmos assim, a comunidade não terá democracia nem nas rádios comunitárias... (PALMAS)

Tem muita gente que diz: “a minha rádio comunitária”. Para alguns é uma força de expressão e para outros não é uma força de expressão, porque rádio, embora tem entrado como pleiteando um canal comunitário, ela não é comunitária, porque ela pertence a alguém. *Mea-culpa*, gente, nós não podemos cair em contradição, se nós queremos valorizar o sistema de radiodifusão comunitária.

E, assim, outros desafios.

No campo público social, nós temos que vender ainda muito o nosso peixe, porque o exemplo episódio que o Geremias provavelmente vai relatar aqui que é a tentativa de excluir as rádios comunitárias da extensão do prazo para a renovação da outorga, e era uma medida absolutamente autoritária... E qual sociedade estava do lado das rádios comunitárias? A sociedade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

não sabe exatamente o que está ocorrendo. Então, é papel ainda todos nós legitimarmos as rádios comunitárias como segmento legítimo, importante, fundamental para a sociedade.

Eu quero correr aqui e falar um pouco rapidinho da democratização da comunicação em termos gerais, que é tão fundamental quanto o assunto que nós estamos discutindo hoje. Se nós já falamos de democracia e liberdade, quando falamos em rádios comunitárias, isso é muito sério no plano nacional.

No plano nacional, nós não estamos vendo democracia e aí falamos em termo de grande mídia, inclusive, impressa.

Por tudo que eu já li, estudei e ensino para os meus alunos, eu não consigo fugir da ideia de que, fora a comunicação interpessoal, que é aquela que nós realizamos *tête-à-tête* com as pessoas, duas pessoas ou mais pessoas, até mesmo em assembleia, fora disso nós estamos no campo público social.

Estar no campo público social impõe regras. Um dia alguém me disse: “Eu sou contra o diploma para o jornalista, porque todo mundo tem o direito de narrar a sua própria história”. E tem mesmo! Todo mundo tem e tem que ter assegurado, e o art. 5º da Constituição garante isso, nós temos que zelar para que continue garantindo, mas a rádio comunitária, comercial, pública, mesmo a comercial, embora por empresas de direito privado, exerce uma função pública, assim como a escola privada, é uma concessão. Até o jornal, para mim, exerce uma função pública, embora o jornal não precise de autorização.

No mundo inteiro, há órgãos reguladores - sempre tomado, por exemplo, quando interessa, Estados Unidos, Europa - que, inclusive, chamam a atenção sem estabelecer censura, sem dizer previamente o que deve ser publicado, mas fazem avaliação pública e dão pitos públicos, inclusive, em jornais impressos, quando determinadas notícias não refletem a pluralidade social. Isso é extremamente importante.

Então, a nossa luta pela democratização da comunicação, tanto no aspecto político da direita, quanto no aspecto político da esquerda, tem se dado quase excessivamente na democratização da propriedade da mídia. Isso é um grande passo, as rádios comunitárias estão aí para provar que isso é um grande passo, mas isso não é o suficiente, porque pulverizar a mídia para a grande mídia dá na mesma. Eu abro um jornal, e é igual ao outro, é igual ao outro, é igual ao outro. As vozes que falam na grande mídia são sempre as mesmas, não há pluralidade.

Então, para garantirmos pluralidade e democracia na comunicação brasileira, precisamos democratizar conteúdo, também.

Essa é uma enorme conquista da sociedade contemporânea, da sociedade democrática contemporânea. Tudo bem na sua feição liberal que para mim, ainda, não é uma democracia plena. Para mim! Mas, ainda assim, já chegou lá no sentido de garantir democracia.

O termo república significa exatamente isso: *res publica*, coisa pública, separação da coisa pública da coisa privada. A informação é um direito público desde as Declarações Universais dos Direitos Humanos da França, em 1789; as declarações dos Estados Unidos, mais ou menos, da mesma época e todas as posteriores, inclusive da ONU, de 1948.

Se eu disse que a informação é um direito fundamental, ela não pode estar sob o julgo de um proprietário, outro proprietário que vai dizer qual a informação interessa ao cidadão ou não. Todas interessam! E não é qual opinião interessa. Todas interessam! Às vezes, se estamos no campo da esquerda corremos o risco de ver alguém da direita se manifestar nas emissoras onde agimos; ou se estamos no campo da direita corremos o risco de alguém da esquerda se manifestar,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

mas fora isso não há democracia. Se não for assim, não é democracia. E a política vai se dá fora das emissoras.

Para mim a grande conquista da comunicação social moderna e contemporânea é esta: a possibilidade de ampliar as vozes sociais. E para mim precisa haver lei que diga isso com todas as letras.

Vejam que curioso: a lei de imprensa abolida em 2009 pelo Supremo, embora contivesse dispositivos autoritários, sim, porque foi feita pelo Regime Militar para implantar mesmo a censura, continha elementos que não tinham nada de censura, como o direito à resposta e disciplinamento como se tem que fazer para jornal e arranhava algo sobre pluralidade de vozes e de informações. Arranhava! Ela não detalhava, não chegava lá. Não daria para se basear plenamente nela para dizer que havia uma legislação que garantia pluralidade. E não temos! Afora isso, não temos, mas em muitos países temos.

No campo do jornalismo, por exemplo, o nosso Código de Ética Profissional nos impõe isso. Ele nos impõe, mas o Código de Ética não é instituído por lei. Ele é autoinstituído. Ele vale para a categoria profissional, mas, se ele for instituído por lei, cabem as penas da lei. O máximo que os sindicatos de jornalistas, hoje, podem fazer é expulsar do seu convívio, ou seja, do seu sindicato um mau jornalista, mas eles não podem cassar o registro, por exemplo.

Para isso queríamos o Conselho Federal de Jornalista que o ex- Presidente Lula quase conseguiu levar até o fim, mas foi duramente metralhado pela grande mídia como quem quisesse implantar a censura no Brasil.

Bem, há mais coisas que nós precisaríamos colocar, porque, de fato, é um debate extremamente amplo, mas acho que na essência consegui dizer o que o meu improviso dizia que deveria falar. Vamos continuar a conversar aqui, depois, no debate e em outros momentos. Eu posso deixar meus contatos para que continuemos dialogando.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Muito obrigado, Professor Dr. Edson, pela sua rica contribuição nesta Audiência Pública.

Convido para fazer uso da palavra o nosso companheiro Geremias dos Santos, Presidente da ABRAÇO em Mato Grosso.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o Sr. Dirceu que está aqui presente.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS - Boa tarde, Deputado Valdir Barranco; boa tarde a todos os membros da mesa; nossos convidados goianos.

Antigamente, tinha bastante entrosamento, mas, hoje, dificilmente, vemos o pessoal de Goiás e muito menos de Mato Grosso do Sul que eram nossos irmãos de Estado.

Vou dividir a minha fala em três etapas, porque preciso falar, primeiramente, com vocês o que está acontecendo com as rádios comunitárias em nível nacional para, depois, falar em nível estadual e, depois, falar sobre essa questão que tanto nos importa que é a financeira.

Vivemos em um País capitalista onde precisamos pagar as contas e foi criada uma lei para as rádios comunitária, mas falou: olha, está aqui, vocês vão lá, mas morram de fome. Então, essa é a luta que estamos tentando levar.

Assumi, recentemente, a Coordenação Executiva da ABRAÇO Nacional, da qual o Coordenador Executivo era nosso companheiro Valdeci, mas por questões profissionais, pessoais, ele acabou se afastando.

Acontece o seguinte: em outubro tomamos conhecimento que o atual Governo editou a Medida Provisória 747 anistiando as rádios e TVs comerciais, mais de 1.000 rádios e TV

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

comerciais, que perderam o prazo na renovação das outorgas e deixou de fora as rádios comunitárias. E chamamos uma assembleia geral, em Brasília, o pessoal das ABRAÇOS estaduais foi para lá e lá fazendo a discussão identificamos que 1.300 rádios comunitárias estavam com a corda no pescoço, que, também, perderam o prazo de renovar as outorgas. E olha que a diferença é muito grande, porque as rádios comunitárias são entidades que renovam a diretoria de três em três anos.

Não fomos preparados para ter o conhecimento nessa parte jurídica, burocrática, muito menos catedrático em estatuto e quanto mais na renovação de outorga, diferentemente de uma rádio TV comercial que tem contador, que tem funcionário administrativo, que tem advogados, corpo, escritório de advogados. Mesmo eles perderam o prazo, imaginem as rádios comunitárias!

Neste sentido, fizemos uma luta e começamos a articular. Por coincidência, o Presidente da Comissão Mista que analisou a MP nº 747 foi o Senador de Mato Grosso, Cidinho Santos, e o Relator dessa Comissão, foi o Deputado Federal Nilson Leitão, da região de Sinop.

Então, fizemos contato, em Brasília, no mês de novembro, fizemos contato com o Senador Cidinho e lá descobrimos que somos muito leigos nessa questão da praticidade do Parlamento. Por exemplo, o Governo edita uma medida provisória e temos cerca de dez, no máximo quinze dias para apresentar emendas. Então, quando fomos não tínhamos nem mais o direito de articular com o Parlamento uma emenda. De qualquer forma, a bancada de esquerda apresentou algumas emendas, notadamente o Deputado Federal André Figueiredo, do PDT, do Ceará, que tinha sido Ministro das Comunicações no Governo Dilma Roussef. Ele apresentou emenda que incluía a rádio comunitária nessa MP. Então, fomos à luta. O Senador Cidinho se sensibilizou com a situação e convocou uma Audiência Pública, porque, até então, não se discutiria essa MP, pois não era interesse das rádios comerciais, das tevês comerciais, discutirem essa questão, porque tinha muito assunto interno que poderia aflorar e a sociedade brasileira poderia se manifestar.

De qualquer forma, lá se começou essa articulação. Tivemos essa Audiência Pública no dia 06 de dezembro e conseguimos dentro do Parlamento mostrar aos Parlamentares que não tinha qualquer problema incluir as rádios comunitárias com as rádios comerciais, até porque, se o argumento principal que estava na Medida Provisória era de prestação de serviço à população brasileira, imaginem uma tevê que age de uma forma lá de São Paulo ou mesmo do Rio de Janeiro? Será que presta tanto serviço como uma rádio comunitária que está nem uma comunidade de 1.000 pessoas, de 5.000 mil? E olha que 73% dos 5.570 municípios brasileiros têm uma população de 1.000 a 20 mil habitantes, e é justamente onde estamos aí. Hoje nós somos 4.775 rádios comunitárias outorgadas no Brasil, nós queremos chegar, em 2019, com 6.040 rádios comunitárias - essa era uma pretensão do Governo anterior - mas a nossa pretensão, do Movimento de Rádio Difusão Comunitária, é chegar a 20 mil rádios comunitárias.

Essa foi uma pretensão desde quando nasceu o Movimento de Rádio Comunitária – estão aqui o Valdeci e o professor Edson, da época antiga, dos dinossauros, que talvez se lembrem desse momento.

Por que nós queremos chegar a 20 mil? Porque queremos que todas as comunidades tradicionais, todas as corrutelas, todos os quilombolas, todas as comunidades indígenas, todas as aldeias, digamos assim, um termo que apropria mais com a população, tenham o seu próprio instrumento de massa, que é uma rádio comunitária. O Estado brasileiro dificulta muito isso, tanto é que, em 2016, abriu o edital de rádio comunitária para quilombola e para comunidade indígena. Sabe quanto abriu para Mato Grosso? Três rádios para três municípios que têm reserva

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

indígena: Canarana, eu acho que Campinápolis e Juína. Ora, Mato Grosso, se não me falha a memória, é o Estado que mais tem comunidade indígena no Brasil.

Então, a pretensão nossa do Movimento é chegar a 20 mil. Isso para os dirigentes da ABERT deve ser uma loucura, devem falar: “Esse ‘cara’ está louco”! Mas não estamos loucos, pessoal! Nós queremos que toda comunidade tenha uma rádio comunitária.

Esses dias fui acessado por telefone por um companheiro de Peixoto de Azevedo dizendo que onde ele mora não tem uma rádio comunitária. Eu perguntei: você mora onde? “Eu moro em um distrito com doze mil habitantes”. Eu falei: caramba, isso não é um distrito, isso é um município! Mato Grosso tem o terceiro município menos populoso do Brasil, que é União do Norte, com menos de mil habitantes, e lá tem doze mil habitantes, não é município e não tem nenhuma rádio comunitária.

Imagina a importância de uma rádio comunitária onde tem uma população de doze mil habitantes. Portanto, eu falei para ele: vai à luta! Vai à luta ou coloca um transmissor - o gerente da ANATEL não vai gostar muito disso – para funcionar e mostrar a realidade e principalmente que a comunidade venha para lutar pelos seus interesses ou, então, vocês vão ficar aí esperando muito tempo.

De qualquer forma, pessoal, resumindo, no dia 21 de fevereiro, na Câmara Federal foi votada a inclusão da rádio comunitária na MP 747, não foi a redação que gostaríamos, porque gostaríamos que a redação ficasse junto rádio comunitária com TV e rádios comerciais. Eles criaram um artigo próprio só para rádio comunitária e aí veio a nossa desconfiança: Será que o Presidente atual não vai vetar a inclusão da rádio comunitária?

Depois, na votação do Senado conseguimos, por incrível que pareça, por unanimidade de todos os Senadores e de todos os partidos presentes naquela casa, que as rádios comunitárias fossem incluídas e com uma performance interessante de que se o Governo vetar... Aliás, votaram com o compromisso do Governo não vetar a participação da rádio comunitária e, inclusive, ameaçaram de obstruir a Sessão. E só no momento que o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá, fez o uso da tribuna e afirmou de que o Governo havia se comprometido de não vetar a participação da rádio comunitária.

Nós estamos, neste momento, aguardando a publicação dessa nova legislação, dessa nova anistia para as rádios e TVs comerciais e também para nós rádios comerciais.

Eu queria comunicar a todos os companheiros aqui presentes e aos que nos ouvem tanto aqui em Mato Grosso como no Brasil, porque esta transmissão é pela televisão, pela rádio e também pela rádio comunitária. Estamos sendo transmitidos, também, pela Rádio Comunitária CPA/FM, aqui de Cuiabá; Rádio Inclusiva FM, de Alta Floresta; Rádio Ativa, de São José dos Quatro Marcos; Rádio Comunitária de Paranaíta; Rádio Alternativa FM de Várzea Grande; Rádio Vale FM de Barra do Bugres e Rádio Cidade FM de Juara.

Portanto, quero comunicar que a hora que o Governo sancionar, todos, principalmente as 1.300 entidades que estavam com a corda no pescoço, poderão protocolar um novo processo no prazo de noventa dias e salvar essa Rádio Comunitária.

Uma coisa que o Edson colocou aqui é a questão da direção, da democracia, e a outra verdade é a seguinte: a maioria dos municípios brasileiros e principal instrumento de massa é uma Rádio Comunitária. Imagina, de uma hora para outra, mil e trezentos municípios ficarem sem a sua rádio comunitária. O que nós íamos fazer? Eu ia defender, como Coordenador da ABRAÇO, a desobediência civil. Por que como o Governo salva as Rádios e TVs Comerciais e deixa as Rádios Comunitárias serem extintas?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Então, nós como liderança do movimento íamos defender isso, porque é um absurdo o que se faz. Isso não é democracia.

De qualquer forma, esse estágio, nessa etapa nós passamos, logicamente, desde que o Presidente cumpra o que ele combinou lá com os Senadores.

E tem a figura da ABERT, também, que não faça o que fez em 2015. Quando criou a possibilidade das Rádios Comunitárias acessarem a verba de mídia a ABERT foi lá e entrou na Justiça contra este artigo da Portaria que saiu, se não me engano em junho 2015.

Outra questão é a nossa pauta de reivindicação.

A nossa pauta de reivindicação é em nível nacional. O que nós queremos? Nós queremos que os Parlamentares, infelizmente não tem nenhum Parlamentar Federal aqui, mas o Deputado Prof. Allan e o Deputado Valdir Barranco podem fazer esta pressão, que é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Está o representante do Deputado Ságuas Moraes aqui, o Sr. Volney.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Opa! Desculpa! O Sr. Volney esta aqui? Eu não tinha visto.

O que está acontecendo? No Governo anterior da Presidente Dilma, o Ministério das Comunicações deixou o Plano Nacional de Outorga estabelecido até 2019, que na conta do Governo chegaria com 6.040 rádios comunitárias outorgadas.

Acontece que depois do golpe, o que aconteceu? O atual Governo segurou a publicação dos editais, não publicou mais editais, inclusive, prejudicando esse município aqui. Depois eu vou ler. Está prejudicando 41 municípios de Mato Grosso, mas no Brasil 1.265 municípios com esse posicionamento.

Primeiro, é o seguinte: foi publicado o edital, em 2016, para centenas de municípios brasileiros, para Mato Grosso 21 municípios. Essas emissoras estão com os processos parados no Ministério, porque hoje, no atual Ministério, que não é mais de Comunicação, mas é de - fez uma mistura lá - Inovação, de Ciência, de Tecnologia, de Comunicação, está parada a apreciação dos processos, prejudicando hoje 21 municípios.

Não vai dar para eu ler. Eu ia fazer uma leitura aqui de 40 municípios, mas estão faltando três minutos para concluir. Esses 40 municípios era um edital... Se o Governo estivesse cumprindo o edital, este ano era para sair um edital para 40 municípios de Mato Grosso. Com os que foram publicados no ano passado, 21, nós íamos chegar em 2018, praticamente, Mato Grosso com todos os 141 municípios com uma rádio comunitária.

Tem municípios que têm quatro rádios, exemplo de Cuiabá que tem quatro rádios comunitárias outorgadas; Várzea Grande tem quatro rádios e outras e outras situações.

Então, eu vou ter que dizer para vocês o seguinte: Mato Grosso hoje tem 101 rádios comunitárias, trabalhando em 90 municípios, praticamente todas com essa dificuldade econômica e financeira que o Sr. Valdecir colocou aqui, porque a realidade das rádios de Mato Grosso é a mesma do Brasil todo. Nós que temos agora todo um entrosamento, conhecimento em nível nacional e a reclamações são as mesmas.

O que mais?

Eu ia falar dos municípios, mas só dos municípios levaria cinco minutos.

Em nível nacional, quais são as bandeiras que queremos agora? Salvando essas mil e trezentas rádios, nós queremos que os parlamentares, através do parlamento, exijam do governo a publicação dos editais que o Governo deixou do Plano Nacional de Outorga das Rádios

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Comunitárias, porque vamos chegar em 2019 com quase cinco mil e quinhentos municípios contemplado com uma rádio comunitária. Então, isso que nós queremos.

Tem que haver uma pressão, logicamente vamos fazer a nossa pressão, mas os parlamentares principalmente, porque o governo não pode fazer ao deus dar, chega lá e acaba com tudo. Não. Se você tem uma política que já vinha sendo estabelecida tem que cumprir.

Por que cumpre políticas que não estão estabelecidas como privatização, terceirização, essa coisa toda e aquelas que estão estabelecidas, que beneficia a população de um modo geral, que é uma rádio comunitária, não é cumprida?

Então, a nossa proposta é alterar a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que é a Lei da Rádio Comunitária, que não é tão democrática à medida que não divide o nosso quinhão da verba pública, verba pública de mídia, verba para propaganda e publicidade dos governos federais, estaduais, municipais, das Assembleias Legislativas, do Poder Judiciário, das Câmaras de Vereadores.

Nós queremos também acessar a isso, porque é doído uma rádio comunitária nos ligar e falar: “Geremias, o Presidente da Câmara, o Prefeito do município tal, falou que não vai contribuir conosco, não por causa do posicionamento política da rádio, mas porque ele fala que a lei o proíbe, senão o Tribunal de Contas vai puni-lo, não vai aprovar sua prestação de contas e ele não vai poder ser candidato a reeleição, e etc.”

Então, essa questão precisamos resolver. O Valdeci deu o encaminhamento interessante, de um governo do PSDB, de Goiás, aqui também é do PSDB.

Eu acho que se o Governador de Mato Grosso, Pedro Taques, quiser realmente contribuir, essa é a saída, apresentada por Goiás, colocada em prática que hoje contribui com mais de 130 rádios.

Eu acho que é uma saída para Mato Grosso. Por quê? Porque ajuda. Não vai resolver o problema, mas ajuda, até porque não é uma esmola, não é nada, mas são as rádios comunitárias que estão lá no interior, como eu falei, o principal instrumento de massa nas cidades pequenas. Por mais que se faça rede e outras coisas mais, é o principal instrumento. Aliás, tem rede de TV no Brasil que está pegando municípios que não têm rádios comunitárias e colocando um transmissor de rádio e passando toda sua programação.

Eu não sei se o Gerente da ANATEL, o Praxedes, tem conhecimento, mas até há alguns dias a cidade de Juscimeira, que não tem uma rádio comunitária outorgada - eu sou servidor público estadual, estava lá a serviço do órgão que eu estava atuando – estava no carro escutando uma rádio e ouço a programação de novela numa rádio, acho que era 95.4; 95.3, uma coisa assim.

O que percebi? Toda a programação da *TV Globo* estava sendo transmitida por um transmissor na cidade de Juscimeira.

Eu falei: poxa, para perseguir rádio comunitária, a ANATEL vai aos recantos mais longínquos deste Estado, principalmente na rádio CPFM em Cuiabá, mas vai bem aqui em Juscimeira, fazendo uma programação de teve e transmissor. Eu acho que isso inclusive tem que ser papel da atuação do Ministério Público Federal, porque o meio de comunicação é legislado pelo órgão federal.

Vou encerrar porque me deram um minuto aqui faz tempo, falando para vocês das rádios comunitárias.

Nós conseguimos, na base da luta, da organização, reverter um processo que era a extinção das 1.300 rádios comunitárias. Agora nós precisamos mudar a Lei nº 9.612, que não vai ser fácil, porque nós precisamos dessa mudança dentro do Parlamento brasileiro e sabemos como está

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

na a correlação de força composta no nosso Parlamento, tanto no Senado como na Câmara Federal. Mas nada vai acontecer se não provocarmos, se não mobilizarmos.

Nós não sabemos a força que temos nas rádios comunitárias, principalmente vocês que estão no interior.

Senti isso no tratamento dos Deputados Federais e Senadores, no mais amplo aspecto ideológico, principalmente os da Direita. Eles realmente sabem da força de uma rádio comunitária, e não foi a toa que eles apoiaram e aprovaram à unanimidade. Portanto, quem não sabe disso somos todos nós.

Nesse sentido, estou convocando todos vocês para uma grande assembleia geral que vamos fazer em Brasília no final do mês do abril onde vamos discutir, entre outros, o nosso projeto de alteração da Lei nº 9.612. Também vamos discutir o nosso plano de luta e também a nossa diretoria da ABRAÇO Nacional, Associação Brasileira de Rádio Difusão Comunitária.

Eu quero agradecer a oportunidade e o apoio do Deputado Estadual Valdir Barranco quando colocamos para ele no ano passado da necessidade de termos uma discussão aqui.

Sabem por quê?

A última discussão que teve de rádio comunitária foi há dez anos, Deputado, em 2007. Portanto, obrigado por esta oportunidade.

Que daqui para frente as rádios comunitárias de Mato Grosso e do Brasil sejam unidas.

Vamos à luta também contribuir para a transformação deste País.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Geremias dos Santos.

Eu que agradeço a oportunidade ímpar que o senhor está nos proporcionando, não só ao nosso mandato, mas ao mandato do Deputado Prof. Allan Kardec, à Assembleia Legislativa e a todo o povo do Estado de Mato Grosso.

Quero aqui já agradecer a presença do Deputado Prof. Allan Kardec, que já está justificando sua saída porque ele tem outro compromisso logo mais e precisa se retirar.

Muito obrigado, pela sua presença que muito enriqueceu esta nossa Audiência Pública, companheiro.

Eu quero cumprimentar e convidar para fazer uso da palavra o Sr. Ernesto Hideo Okano, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Enquanto ele vai se posicionando, eu quero cumprimentar o nosso companheiro Valdomiro, do Município de Itanhangá, bravo na luta sempre; Rafael Piovezan, Presidente da UCMMAT, e o convido para compor o nosso dispositivo, representando todos os Vereadores do Estado de Mato Grosso.

Queira dirigir-se à nossa mesa, Vereador Rafael.

Quero felicitá-lo pela conquista da Presidência, uma vitória esmagadora nas urnas, o que traz, sem sombra de dúvida, muita responsabilidade, mas que sua juventude certamente não terá nenhum embaraço para enfrentar essa enorme responsabilidade. (PALMAS)

Cumprimento também o Vereador Rogério Meira, Presidente da Câmara Municipal de Jangada.

Com a palavra, o Sr. Ernesto Hideo Okano.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

O SR. ERNESTO HIDEO OKANO – Eu quero agradecer toda a mesa, o Deputado Valdir Barranco e todos os Presidentes das Associações que vieram de longe para se fazerem presente aqui.

Primeiro, vocês viram o cartão meu? Tem uma meia verdade aí, uma meia verdade e uma figura de linguagem de cacofonia, se olhar, deu cano, praticamente isso aí (RISOS).

O SR. ERNESTO HIDEO OKANO – Na realidade, o japonês usa a palavra Hideo como se fosse Raimundo. Então, eu seria o Raimundo. E esse Okano é o sobrenome que significa Colinas. Então, vocês podem me chamar, ao invés de Ernesto, me chamar de Raimundo Colinas, que também dá certo (RISOS).

O SR. ERNESTO HIDEO OKANO – Existe outra meia verdade no cartão, que é o cargo, o cargo “engenheiro” está certo, agora a função que era de delegado, foi destituído em novembro por meio do decreto da unificação do Ministério das Comunicações com a Ciência e Tecnologia virando o MCTIC, que é Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações de Comunicações.

Então, eu não sou mais o delegado, mas como sou engenheiro de carreira, eu continuo como engenheiro respondendo pela regional aqui. Só que a regional, todas as delegacias do Brasil foram extintas, sim, porque existiam, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Mato Grosso.

Eu devo confessar que vim para cá como voluntário, eu sempre falo isso nas reuniões, porque o Ministro precisava resolver um problema de gestão pública aqui no Estado de Mato Grosso e precisava implantar uma delegacia. Eu, como sou engenheiro de carreira, estava em outros projetos, que é a TV digital, na parte de certificações de direitos autorais, no Itamarati, estava no MERCOSUL, fazia parte do MERCOSUL, do grupo do MERCOSUL, e já se falava também na migração da AM para FM. E eles precisavam de um voluntário para essa região. Eu vim há 7 anos para cá, assim, como todos os outros quatro delegados foram para outras regiões e todos como delegados substitutos. Eu permaneci como substituto, eu fui o único substituto que permaneceu até agora. Quer dizer, era um delegado, nunca houve uma substituição porque substituição é por tempo limitado, mas me deixaram definitivamente. Então, com a unificação tiraram essa função e ficou regional, um Órgão Regional, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então hoje, mas não saiu ainda a portaria, saiu o decreto extinguindo as delegacias e dizendo que depois sairiam as portarias das regionais, que seria de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e de Mato Grosso. Só que, como tiraram o cargo de delegado, eles também afetaram meu bolso e logicamente eu não tenho interesse em ficar mais na regional, porque ou eu peço aposentadoria ou então eu representaria o Ministério.

Falando aqui da parte da rádio comunitária, eu vou explicar para o nosso representante da ABRAÇO, lá de Goiás, que na realidade o apoio cultural, que eles falam no apoio cultural, seria uma propaganda institucional e então por exemplo, a propaganda institucional é diferente de uma propaganda comercial. A propaganda comercial ela fala preço, fala desconto, promoções, enquanto a propaganda institucional ele só fala da instituição, por exemplo, você tem um programa chamado “voz do sertanejo”, você fala que a voz do sertanejo teve um apoio cultural da farmácia Brasil, localizada na rua tal, tal e tal, telefone tal, não fala em preço, não fala que vai ter desconto, não vai falar nada senão seria comercial. Então essa seria a diferença entre o apoio cultural e a propaganda comercial.

Outra coisa também é, como eu trabalhei muito tempo na fiscalização, que não existe rádio clandestina, a rádio, se existe, não pode ser clandestina, o que existe é uma rádio que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

transmite, emite sinais clandestinos. Então é diferente de uma rádio clandestina. Rádio clandestina não existe, não existe isso, porque se ela existe ali, ela tem CPF, o cara tem CPF, ela está instalada num lugar, então ela não é clandestina, a única rádio clandestina que eu encontrei, foi na ANATEL, em Campo Grande, onde um cara resolveu colocar uma rádio dentro de uma Combi ele andava com essa Combi para lá e para cá, levantava antena dele, quer dizer, essa era clandestina, porque ela não tinha lugar fixo, mas todas as rádios que transmitem sinais clandestinos são consideradas na fiscalização.

Outra coisa também, quanto ao Plano Nacional de Outorga: o Plano Nacional de Outorga é uma gestão pública de trabalho. Para democratizar eles colocam, por meio de um demonstrativo de interesse, você pegar a norma 01/2015, de rádio comunitária e mais recente que tem a portaria 4334/2015, de 19/09 de 2015, então no anexo I tem lá o formulário e demonstração de interesse. Então, toda rádio que tiver interesse em obter uma autorização, ela tem que, primeiramente, preencher esse formulário, encaminhar para o Ministério de Ciência e Tecnologia, para que ela faça o quê? A publicação, o edital de chamamento, que seria a cada cidade.

Então, a primeira coisa que uma pessoa tem que fazer na associação é preencher esse formulário de demonstração de interesse para fazer o Plano Nacional de Outorga, lógico que existe uma política que não vou falar nada de política aqui porque não tenho nem competência para isso, mas existe uma política de um planejamento vamos dizer assim, conforme o nosso Geremias falou, é o seguinte: que até em 2019, estava tudo programado, realmente existe esse planejamento que se até a 2019. Tanto que quem está entrando com demonstração de interesse agora terá em 2020/2021, então quem tiver interesse teria que sair, mas como o Governo não publicou esses editais de chamamento, provavelmente isso vai sair gradativamente, esses outros que entraram agora, entraram junto.

Então, essa reformulação é uma questão de gestão pública.

Quanto a tal de renovação de outorga. Essa renovação de outorga é necessária para todos os tipos de serviços de rádio difusão... Tempo esgotado, acabou o tempo aqui.

Então, existem as concessionárias, que são as televisões, as ondas médias, AM, onda tropical e ondas curtas, e existe também a telefonia, que vocês estão vendo que são bens reversíveis da parte da telefonia, que é concessão também. Existe a permissão, que seria uma FM. Existe também a rádio comunitária que possui uma autorização.

A autorização é para a rádio comunitária, para retransmissora de televisão e também para os serviços auxiliares, que seriam os *links* que interligam o estúdio por transmissor. Então, essa renovação, algumas são necessárias. Por exemplo, a rádio comunitária é a cada 10 anos. As ondas médias, onda tropical e ondas curtas também. A televisão são 15 anos. E a cada período é necessário que faça a renovação, senão ela – agora entra um termo jurídico chamado *perempção* – torna-se *perempta* e o Governo cassa, extingue ou revoga essas outorgas. Tudo são outorgas, tanto faz para a concessão, como para a permissão, como para a autorização. Tudo é outorga.

Então, a *perempção* da renovação ou uma emissora que está devendo muito, tem multas e tal, essa estação pode ser *perempta* e não ser renovada. Para renovar é necessário que a entidade esteja toda quitada. Então, multas, as taxas anuais. No caso de uma estação que quer mudar de endereço, de uma rua para outra, numa mesma cidade, eu estou falando da rádio comunitária, ela vai mudar, se ela tiver débito, não vai ser atendida. Primeira coisa que tem que fazer é quitar.

E se ela tem muita dívida? Entra em contato com a ANATEL para fazer o parcelamento. Certo? Aí vai lá para o Ministério Público da União, que vai fazer o parcelamento

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

disso aí, mas ela tem que fazer esse acerto, porque senão a situação dela, da renovação ou da mudança do endereço de um local para o outro, não será atendida.

O meu tempo já se esgotou, se os senhores tiverem mais perguntas...

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Terá o tempo depois para os inscritos aqui.

O SR. ERNESTO HIDEO OKANO – Ok! Então, essa é a preliminar.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Ernesto, foi bom, porque o senhor explicou como é que se lê Hideo Okano.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. José Praxedes Pereira da Silva, Gerente da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicação, Unidade Operacional de Cuiabá.

Quem quiser fazer uso da palavra aqui da mesa, fique à vontade, e quem quiser falar da tribuna também.

Eu só quero esclarecer que é o Regimento Interno que determina o prazo de três minutos. Eu acabei me esquecendo de falar antes, quando essa mocinha do Cerimonial se levantar, ela irá avisar que falta um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ PRAXEDES PEREIRA DA SILVA – Sr. Deputado Valdir Barranco, em nome da mesa eu o cumprimento; senhoras e senhores, em nome de todos eu quero cumprimentar o Sr. Geremias dos Santos, que é a autoridade máxima da ABRAÇO aqui no Estado.

O Geremias dos Santos sempre dá umas cutucadas na ANATEL, não pode ver a ANATEL que quer espetar... (RISOS)... Mas, acabamos ficando amigos nessas lutas, ele do lado das entidades e eu do lado do órgão regulador. Não tem porque não ser assim, o nosso objetivo é único, é atender a regulamentação.

Disse muito bem o Professor Edson Spenthof... Eu quero parabenizar o Professor Edson, doutor, professor, pela interpretação da Lei, interpretações e orientações, eu acho que é isso que falta no Movimento Rádios Comunitárias, é entender os objetivos da lei, o interesse da sociedade, não é pessoal, não é político, não é religioso. Isso é exatamente o que nos tem incomodado sempre, na maioria dos nossos trabalhos em relação às rádios comunitárias tem esse foco.

Eu quero parabenizar o Deputado pela oportunidade, Deputado. É uma excelente oportunidade, especialmente pelos momentos que estamos passando, reestruturação do Ministério, dificuldades políticas e econômicas do Poder Público, do Governo que acabam refletindo nas instituições, nos órgãos públicos. A ANATEL é um órgão público como qualquer outro e tem suas dificuldades, daí o fato da ANATEL não poder estar em Juscimeira na hora que o Geremias estava lá. Não é, Geremias? Nós temos dificuldades e trabalhamos dentro de um projeto de prioridade estabelecida pelo nosso Conselho.

No momento, hoje, a importância do evento, Sr. Deputado, está exatamente relacionada, vinculada, assim, no momento político e na história do próprio Movimento da Rádio Comunitária. Veja bem, que o movimento já foi tido como de lados opostos, lado “a” e lado “b”. Isso, hoje, diminuiu. Nós observamos, aqui, agora, a calma em que estamos.

O sentimento que o órgão regulador tem, que nós temos é que hoje nós estamos nas caixinhas certas, estamos mais tranquilos, procurando desenvolver nossas atividades atendendo o objetivo da Lei. Esse é o nosso sentimento, não temos mais aquela... O movimento já foi muito aguerrido, já houve até fato de violências, pelo próprio sentimento do objetivo do movimento que é a defesa, a divulgação das comunidades.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Hoje, dentro da estrutura política, nós estamos vivendo momento importante, o Ministério está delegando competência para a ANATEL, delegando sucessivamente competência para a ANATEL.

Então posso dizer para vocês, resumidamente, que hoje todo trabalho de fiscalização no serviço de radiodifusão, como um todo, incluso rádio comunitária, está na competência da ANATEL. Competência dividida até um determinado ponto, o Ministério delegou competência para nós fiscalizarmos, instaurarmos e instruímos os processos, ficando a sanção com o Ministério ainda. Essa competência não foi delegada.

Então, quando vocês receberem uma fiscalização da ANATEL, provavelmente, se houver irregularidade, serão dois processos, um da competência do Ministério e outro da competência da ANATEL. Daí não é nada, que é perseguição, que de uma fiscalização única houve dois processos. Isso decorre do fato da competência dividida.

Também foi firmado acordo com o Ministério, delegando para a ANATEL todo trabalho de análise-técnico dos processos pós-outorga, também para toda radiodifusão. Então, todos os processos pós-outorga, qualquer necessidade de alteração que você tiver, você vai se dirigir à ANATEL. Nós temos a satisfação de dizer que a nossa meta é de 30 dias para atender a demanda, apesar das grandes prioridades que a ANATEL tem, as alterações de técnica da radiodifusão estão sendo tratada dentro da meta de 30 dias para conclusão. Isso tem acontecido com raríssimos atrasos.

Uma outra questão que eu gostaria de dizer é que nós hoje precisamos direcionar o nosso trabalho comunitário, o Sr. Geremias falou bem, o que nos falta de vocês, o que nos falta, muitas vezes, é orientação política, orientação jurídica, sobre o uso correto da concessão. Na maioria das vezes que fiscalizamos, as infrações identificadas são por falta de conhecimento da legislação, do objetivo do serviço, e os desvios que ocorrem são exatamente o que o Sr. Geremias falou: é assessoria, e aqui, Sr. Geremias, quero aproveitar para incentivar a ABRAÇO, a todo o pessoal do segmento, para que criem um departamento de orientação.

Acho que essa fase de acusar, de falar de perseguição, de falar dessa guerrinha, dessa confusão toda, desse combate desnecessário, já passou. Nós precisamos, agora, nos unir, Sr. Geremias, em função da finalidade do serviço, do objetivo do serviço. Acho que um departamento de assessoria na ABRAÇO para todo o pessoal, se já não existe, seria muito bom, seria oportuno, inclusive de todo esse processo de delegação de competência. Eu penso que essa delegação de competência vai ficar com a Anatel por um bom tempo, haja vista que as próprias delegacias, como o Sr. Ernesto disse, estão sendo extintas, e isso vai passando para a Anatel cada vez mais.

Acho que é isso, muito obrigado a todos. Estou à disposição de vocês lá na Anatel, qualquer coisa podem nos procurar lá. Um abraço. Muito obrigado a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Muito obrigado, Sr. José Praxedes.

Só comunicando que após a finalização do ato, o Sr. Geremias vai permanecer aqui, se alguém tiver dúvidas de como fazer a instrução do processo, o requerimento da rádio comunitária, o Sr. Geremias estará aqui para ajudar a esclarecer.

Quero convidar para fazer o uso da palavra o Sr. Paulo Nunes, Chefe de Gabinete do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, neste ato representando o Presidente do Tribunal de Contas, o Conselheiro Sr. Antônio Joaquim.

O SR. PAULO NUNES - Quero cumprimentar o Deputado Valdir Barranco pela iniciativa que teve referente a esse pleito da rádio comunitária. No ano passado, em uma reunião com o nosso amigo Sr. Jurandir, ele levou essa questão para o Presidente do Tribunal de Contas, e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

eu estava presente na reunião, e já existe uma resolução no Estado de Goiás, que autoriza... o Tribunal de Contas aprovou o repasse de recursos para as rádios comunitárias. A partir daí, nós recebemos do Presidente Geremias a solicitação através do Jurandir, e fomos informados de que somente poderíamos dar segmento ao pleito desde que partisse de um Parlamentar. Então, entramos em contato novamente com o Jurandir e pedimos para que ele nos enviasse através do Parlamentar essa solicitação, e nós recebemos, na semana passada, a solicitação do Deputado Valdir Barranco e também do Deputado Prof. Allan Kardec, para o Tribunal apreciar esse pedido. É uma consulta que foi feita ao Tribunal, eu tenho acompanhando muito de perto isso, porque é de interesse do Conselheiro Antônio Joaquim, Presidente do Tribunal de Contas, auxiliar as rádios comunitárias naquilo que for possível através do Tribunal de Contas.

Então, quero tranquilizar Vossa Excelência, Deputado Valdir Barranco, que eu cuidarei com carinho disso, desse pleito, Geremias, que vocês fizeram para que o Tribunal de Contas não faça os apontamentos que já foram citados aqui e que precisa realmente ter uma resolução, e que essa resolução seja aprovada no Plenário.

Então, acredito - como a nossa consultoria técnica é muito ágil - que já na próxima semana nós teremos isso em mãos e o Conselheiro Antônio Joaquim, Presidente do Tribunal de Contas, levará ao plenário para apreciação.

Era somente isso, eu não vou falar sobre outros assuntos, até porque não me cabe, eu vim aqui, em nome do Presidente, Conselheiro Antônio Joaquim, trazer essa informação, Deputado, que nós vamos cuidar com muito carinho desse pleito para vocês e principalmente para as rádios comunitárias.

Eu sou do município do interior, eu sou de Lucas do Rio Verde, e lá existe uma rádio comunitária. Eu sei também, eu era empresário em Lucas do Rio Verde, eu sabia das dificuldades que as rádios têm, estão sempre de pires nas mãos, pedindo auxílio para um e para outro para conseguir levar a mensagem, levar a comunicação tão necessária às pessoas que ouvem o rádio, que ainda é um dos meios de comunicação mais usados pelo cidadão.

Então, um grande abraço a todos, o Deputado Valdir Barranco pela iniciativa e nós estamos juntos nesse pleito.

Muito obrigado (PÁLMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Paulo, nosso amigo, ex-Prefeito de Lucas do Rio Verde, tenho certeza de que esse nosso pleito, Geremias não poderia estar sob melhores cuidados, o Paulo está cuidando de perto, tem a sensibilidade de quem conhece o problema, e o Conselheiro Antônio Joaquim está comprometido em fazer com que essa resposta ocorra o mais rápido possível.

Quero convidar para fazer o uso da palavra o Sr. Marcy Monteiro, Secretário-Adjunto de Comunicação, neste ato representando o Secretário de Estado de Comunicação, Cleber Lima.

O SR. MARCY MONTEIRO - Boa tarde, Deputado Valdir Barranco; cumprimento, também, os demais colegas da mesa; público presente.

Aproveito para agradecer o convite e parabenizar Vossa Excelência, Deputado, pela iniciativa, que é extremamente importante para discutir não só o crescimento, mas, também, a consolidação das rádios comunitárias aqui, em Mato Grosso, e, também, no País.

Temos a consciência, e já foi dito aqui pelos outros colegas, da importância das rádios comunitárias em muitos municípios, em muitos rincões deste Estado para onde somente as rádios comunitárias conseguem levar informação às pessoas. É consenso, também, que informação,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

comunicação, é sinônimo de cidadania, porque a partir do momento que você fornece informação a um cidadão de um local muito distante ele passa a ter conhecimento dos investimentos que o Governo do Estado, que os órgãos públicos fazem; ele tem condições de fiscalizar, de verificar a aplicação dos recursos na sua comunidade. Então, ele passa a ter uma voz ativa. É transparência e a comunicação dessa forma é o pleno exercício da cidadania por parte da população.

O Governo do Estado entende que é preciso estimular o crescimento das rádios comunitárias. Tivemos, agora, a boa notícia do Tribunal de Contas sobre essa consulta que foi feita e parece-me que uma solução em breve deverá ocorrer.

O Estado é parceiro nessa luta, mas entende, também, que é preciso que tudo seja feito dentro da legalidade. Esse exemplo citado em Goiás, que já conseguiu um parecer favorável, já conseguiu consolidar essa questão, seguindo o exemplo aqui, em Mato Grosso, creio que todos serão beneficiados, até porque, Deputado, acredito que esse entendimento de que a verba pública deve ser, também, aplicada nas rádios comunitárias, não é só do Governo do Estado, mas creio que seja o mesmo entendimento da Assembleia Legislativa, das Câmaras Municipais e, também, das Prefeituras Municipais.

Reforço, mais uma vez, que o Estado é parceiro nessa luta e aguardamos que em breve uma solução positiva para todos seja anunciada pelo Tribunal.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Marcy.

Fico muito feliz e tenho certeza que todos os que lutam pelas rádios comunitárias, com tanta dificuldade, principalmente sob o ponto de vista financeiro, ficaram muito satisfeitos, muito felizes, muito esperançosos com o seu pronunciamento de que em havendo um parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso o Governo do Estado já aponta para esse encaminhamento de, também, destinar parte dos fartos recursos, que não são poucos, mais de 50 milhões de reais para a Comunicação, pelo menos um pouco, às rádios comunitárias. Tenho certeza que dará muito resultado, porque elas estão mais próximas da população e refletem, relatam, no cotidiano a situação que essas pessoas vivem e, também, levam informação, entretenimento, para milhares de famílias do interior do Estado e das grandes cidades.

Convido para fazer uso da palavra, o nosso companheiro Sr. Volney Albano, neste ato representando o Deputado Federal Ságuas Moraes.

Aproveito para me congratular e agradecer infinitamente ao Cerimonial da Casa nas pessoas de Mara Eulina e Idiane.

Agradecer, ainda, as nossas taquígrafas Dircilene, Tânia, Donata, Luciane e Rosilene, que estão sempre conosco, cuidando para que tudo ocorra da melhor maneira possível taquigrafando as nossas Audiências Públicas. Tudo o que está sendo falado aqui por cada pessoa que usa o microfone está sendo taquigrafado, registrado nos Anais da Assembleia Legislativa.

O SR. VOLNEY ALBANO – Boa tarde a todos!

É uma honra estar nesta Audiência Pública para debater um tema de tamanha importância que são as rádios comunitárias.

Nesse sentido, quero parabenizar o Deputado Valdir Barranco, do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores.

Neste momento, estou representando o Deputado Federal Ságuas Moraes, do PT.

Parabenizo, também, o Deputado Prof. Allan Kardec que não está mais presente.

Esta Audiência Pública demonstra um compromisso do Deputado Valdir Barranco e da Bancada do PT em discutir a comunicação pública, não somente as rádios comunitárias, mas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

algo de extrema relevância que foi colocado para todos nós pelo Professor Spentof, que é a democratização da comunicação no Brasil.

O Deputado Ságuas Moraes foi Presidente de uma Comissão Especial, no final do ano passado, que debateu a reestruturação, a reformulação da EBC, que é a Empresa Brasil de Comunicação, e, lamentavelmente, um caminho que estava sendo trilhado, que é o fortalecimento da comunicação pública, retrocedeu nesse atual Governo, que é o caráter público da EBC que foi retirado, transformando essa empresa que foi criada para ser uma pública, agora, em uma empresa estatal, na medida em que o seu conselho curador foi, praticamente, extirpado do organograma da empresa pública.

Então, essas informações que estamos repassando não só para quem está presente na Audiência Pública, mas para quem está nos ouvindo pela *Rádio Assembleia Legislativa* e assistindo de casa, são de extrema relevância que precisamos, de fato, debater. Precisamos debater, sim.

A orientação do atual Governo que assumiu, a partir do *impeachment*, o golpe que aconteceu no País, é uma orientação em qual sentido para nós que estamos aqui discutindo rádio comunitária? Porque a discussão técnica, burocrática, é extremamente relevante, a discussão jurídica, mas a orientação política, também. A sociedade precisa debater, porque é na política, democraticamente no debate, que chegaremos ao que é melhor para todos.

Nesse sentido, quero deixar essa reflexão para que todos continuem debatendo democraticamente a comunicação pública. O fortalecimento das rádios comunitárias é fundamental nesse processo, porque, como todos já falaram aqui, a rádio comunitária chega aonde a empresa de comunicação comercial não chega, que é no rincão do país. Então, o fortalecimento das rádios comunitárias, a própria reclamação do Geremias com relação à ANATEL tem fundamento, sim, porque precisamos trabalhar em conjunto para fortalecer o País. E nada é mais importante que a comunicação, a informação de qualidade, para que as pessoas possam individualmente tomar suas próprias decisões.

Nesse sentido, o fortalecimento do caráter público da comunicação é fundamental para a democracia e para o desenvolvimento do País, porque somente esse caráter de discussão da pluralidade das informações é que vai fazer com que possamos construir um País melhor.

Nesse sentido, quero agradecer o espaço e em nome do Deputado Federal Ságuas Moraes deixar a disposição o Gabinete em Brasília, o escritório aqui, em Cuiabá, para todos os companheiros e companheiras das rádios comunitárias, para todos os temas que foram discutidos no Congresso nessa área.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, companheiro Volney.

Agradecer a presença do Sr. Paulo Nunes e do Rafael que têm outros compromissos.

Encerramos as falas dos componentes da mesa e vamos convidar agora os representantes da população, começando pelo Sr. Ezequiel Alves, da Rádio Conquista, que dispõe de três minutos.

O SR. EZEQUIEL ALVES – Boa tarde a todos!

Meu nome é Ezequiel. Sou de Conquista d'Oeste, da Rádio Conquista FM.

Eu vou cobrar aqui, hoje, da ABRAÇO, Sr. Geremias, mais presença neste interior nosso, porque na minha região são 21 municípios e parece que só estou eu aqui, não sei se o Sr. Jota de Quatro Marcos está aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Então, falta muito a ABRAÇO chegar junto ali, participar mais ali desse movimento comunitário. É muito importante quando todos estão juntos, fortalece mais o movimento. Eu já estou há 17 anos nesse movimento, comecei em Pontes de Lacerda. Enquanto o pessoal estava fazendo rádio pirata, eu estava procurando regularizar as associações para regularizar as rádios.

Enquanto Pontes de Lacerda tinha três rádios piratas, em 2004, sem ninguém perceber eu já estava com licença provisória.

Na nossa região, praticamente, acabaram essas rádios piratas. Mas nós temos que incentivar os outros municípios, eu fiz isso muito tempo e continuo fazendo, a regularizar. Isso é importante para você não ter que sair correndo com o transmissor.

Em 2008, eu tive que correr da Federal, do pessoal da ANATEL, você cata o transmissor... Quem não fez isso aqui? Sair correndo, escondendo o pessoal. Só quem está lá no interior sabe, e sabe também a importância da rádio comunitária no interior.

Então, o pessoal aqui de cima talvez não conheça o que é você estar 4, 5 horas da manhã lá, o senhorzinho lá no sítio com o radinho no curral escutando a sua rádio. Onde tem rádio comercial, eu tive uma em Pontes de Lacerda, o ouvinte é bairrista, quer ouvir a rádio da sua cidade. Não adianta uma rádio comercial lá, chegar a minha cidade, eles não vão ouvi-la, vão ouvir a sua rádio comunitária.

Aí que nós vemos a questão do apoio financeiro, está aí o Tribunal de Contas de parabéns para ver se resolve esse problema. Muitas vezes contratos com rádios comunitárias das prefeituras são feitos por meio de agências. Você ainda recebe uma coisinha por meio de agência.

No tempo de Blairo Maggi, eu trabalhava com rádio pirata, mas eu tinha associação e recebi também. Naqueles nove meses daquela época lá quem teve na rádio, quem recebeu, participou, sabe disso. Não é, companheiro? Sabe disso também.

Neste Governo, também, que teve uma ação também, foram para minha rádio, pediram da Zé Ferino comunicações, só quando descobriram que eram rádio comunitária tiveram uma dificuldade para pagar, mas pagaram também.

Essa questão da regularização, do apoio do Poder Público, é fácil de resolver, não é difícil. Como você não pode explorar a fala comercial, muitas empresas ali não se interessam em só falar o nome. E quando cai um raio na sua torre e queima tudo ali? Você tem que tirar dinheiro do bolso, porque o comercio é pouco para te ajudar nesse interior.

Então, a ajuda do Poder Público é muito importante, Geremias. Vamos fortalecer mais essas visitas nas regiões, trazer esse pessoal que está no movimento comunitário para dentro da ABRAÇO, fortalecer. Quanto mais forte nós tivermos, melhor vai ser.

Hoje tem em média 96 rádios outorgadas em Mato Grosso funcionando 85. Na minha região tem duas que, no ano passado, quando trocou de Governo estava no Congresso para votar, o Ministro Kassab pediu tudo de volta. Vai fazer quase um ano, está lá novamente e até agora nada.

A questão da rádio comunitária precisa da Bancada Federal. A nossa Bancada Federal é a que menos trabalha em favor de rádio comunitária. Por quê? Porque muitos deles têm rádios comerciais. Vão querer saber de rádio comunitária? Não vão.

Então, o movimento tem que ser forte, tem que ser todo junto. A ABRAÇO tem que fazer isso, estar junto conosco e buscar mais no interior, fazer as visitas, trazer essas comunidades para dentro.

Obrigado a todos. Boa tarde! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Eliseu.

Com a palavra o Sr. Elizeu da Silva, o Xum Xum, Presidente da Associação Quilombo Capão de Negro Cristo Rei.

O SR. ELIZEU DA SILVA (XUM XUM) - Primeiramente, boa tarde!

Meu nome é Elizeu da Silva Xum Xum. Sou do Quilombo Urbano Capão Negro, Várzea Grande.

Primeiramente, quero agradecer o convite do Deputado Valdir Barranco para participar junto em favor da rádio comunitária.

A meu ver, a rádio comunitária precisa, primeiramente, capacitar quem está dentro para entender o que é uma rádio comunitária; capacitar as pessoas que estão ali voltadas às questões comunitárias.

Segundo, Deputado, ver se tem possibilidade de criar uma parceira com as universidades, porque a maioria dos alunos de Comunicação quer sair da universidade trabalhando na grande comunicação, e não existe.

Às vezes, a pessoa mora lá no bairro, onde tem a rádio, estuda Comunicação e sequer passa por uma rádio comunitária.

Então, fazendo essa parceria com as universidades, as rádios comunitárias vão ganhar mais força e mais poder, porque ali estará junto com a sociedade. E o bairro é importante contar a história do bairro. A rádio comunitária está inserida no bairro.

Por meio da rádio comunitária do nosso município, nós vamos à rádio, contamos a nossa história. A partir disso, fizemos um projeto com as escolas municipais de Florianópolis, que escutaram a rádio pelo aplicativo na hora em que estávamos falando sobre a nossa história. Fomos a Florianópolis, onde ficamos vinte dias contando a nossa história do bairro.

São essas coisas que precisamos trazer. E a rádio comunitária tem um papel muito importante, ali ela vai mostrar dona Maria, que é uma parteira, o Sr. Zé, que é um benzedor, porque isso sumiu da sociedade por não ter a visibilidade. Então, a rádio tem que trazer para si essa responsabilidade, porque trazendo ela fica forte.

Muito obrigado a todos! Tenham uma boa tarde! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Xum Xum é aplaudido calorosamente. Falou o que o povo sente.

Com a palavra, o Sr. Manoel Domingos, do Mata Cavalo.

O SR. MANOEL DOMINGOS – Boa tarde a todos e a todas!

O meu anseio dessa rádio comunitária é que eu estou ali na comunidade de Mata Cavalo, Município de Nossa Senhora do Livramento, e o município com mais de doze mil habitantes não tem uma rádio comunitária. Então, nós nos sentimos fragilizados.

Eu vim a esta Audiência Pública porque vi na televisão. Eu não fui convidado por ninguém. (PALMAS)

Eu tenho vontade de ter uma rádio na nossa comunidade, porque Mata Cavalo é formada por seis comunidades quilombolas e em torno têm várias outras comunidades e este é o anseio que nos trouxe aqui.

Nós tínhamos uma concessão, mas não conseguimos habilitar. Perdemos o prazo de habilitação dessa rádio. Implantamos uma rádio lá enquanto esperávamos regulamentar a concessão. Estamos trabalhando com essa rádio. E está abrangendo mais de – estamos em seis comunidades, mais Barreiro, Jacaré dos Pretos e Cabeceira de Santana. Então, são várias localidades sintonizadas nessa emissora.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Estamos trabalhando, fazendo um trabalho clandestino, não estamos legalizados, mas estamos lá. Quem fala a verdade não merece castigo.

Estamos lá com uma potência de 25 *watts*, mas é o que pode ser habilitado e não conseguimos habilitar, até falei com o Geremias dos Santos outro dia, porque o Nelson, que mexe com conserto do rádio é amigo dele e amigo nosso, um irmão em Cristo Jesus.

Estamos fazendo um programa evangélico e fazemos todo tipo de apresentação da cultura, através dessa rádio. Estamos sendo...

Fiquei triste quando soube que a rádio comunitária é para um círculo de um quilômetro. Um quilômetro no Município de Nossa Senhora do Livramento, com uma extensão de sessenta quilômetros para lá, sessenta para cá, se implantar uma rádio lá, vai fazer o que com uma rádio para um quilômetro?

Nossa Senhora do Livramento todo esse tempo, com 190 anos, não conseguiu uma rádio! Pessoas que têm poderes lá não conseguiram ou não tem interesse.

Imaginem! Você vai contar história só para o seu vizinho? Não é interessante ter uma rádio, então!

É esse o nosso anseio que eu deixo nesta Audiência Pública.

Eu conto com o apoio do Deputado Federal Ságuas Moraes e do Deputado Valdir Barranco, que estão empenhados, para que possam nos dar uma mão lá, conhecendo as nossas dificuldades.

Contamos ainda com o apoio da ANATEL.

Um abraço! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Sr. Manoel.

O senhor não está tocando o Hino do Corinthians lá, não! (RISOS) Os corintianos estão orgulhosos com o seu uniforme.

Convido o próximo a fazer uso da palavra, o Sr. Aparecido Leite de Albuquerque, de Várzea Grande.

Depois dele será a vez do Aberides Alves da Silva.

O SR. APARECIDO LEITE ALBUQUERQUE – Eu me inscrevi, primeiro, para saudar a mesa, em nome do Deputado Valdir Barranco, e alguns companheiros que eu estou vendo aqui que alguns anos não nos víamos, mas hoje esta Audiência Pública está servindo para isso também.

Geremias, eu estava me lembrando e me inscrevi mais para dizer que não tem como falar de rádio comunitária sem falar de Gilney Viana.

Em 1994, quando Deputado Federal, tinha mais de quarenta projetos no Congresso e ele abraçou isso começou sua caminhada. O resto vocês já disseram aqui.

Também não tem como falar de rádio comunitário sem lembrar de José Ten Cate, Padre José Ten Cate; Pastor Teobaldo Witter; sem falar de Pedro; sem falar de Tião Santos, o grande articulador das rádios comunitárias do Brasil - estive no Rio também naquela época. Enfim, é emocionante.

Não tem como falar de rádio comunitária sem falar dessas pessoas, das grandes e das primeiras romarias dos trabalhadores na Getúlio Vargas quando tivemos o primeiro transmissor de rádio comunitária aqui, Deputado Valdir Barranco.

Onde funcionava a nossa rádio? Hoje eu posso dizer: na torre da Igreja São Benedito. Exatamente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Na romaria nós colocamos dentro do trio elétrico para transmitir aquela multidão de gente que subia a Getúlio Vargas. Depois fomos para a região do Cidade Alta.

Não tem como esquecer também do José Edilson, ex-Padre, enfim, foi uma luta. São momentos que não podemos esquecer da história da rádio comunitária aqui no Mato Grosso. E a rádio comunitária, primeira, essa, para concluir, nós demos o nome de “Companheira”.

Padre Ten Cate era uma figura fervorosa, humilde, Padre, mas era um cara que apoiava essa luta. Infelizmente nos deixou, mas apoiava, como também Dom Pedro, Pastor Teobaldo, entre tantos, também o saudoso companheiro que era do MOPS-Movimento Popular de Saúde.

Isso nos faz lembrar que a luta não parou e que vocês hoje estão aqui caminhando, continuando esta caminhada.

Hoje é claro que as pessoas, nós que começamos, o companheiro lá de Barra do Bugres sabe muito bem isso, que naquela época a Polícia Federal servia para correr atrás do transmissor e de quem estava organizando a rádio comunitária. Era assim que acontecia.

Então, era uma época em que a Polícia Federal trabalhava correndo atrás de rádio comunitária, infelizmente.

Hoje a história nos prova que valeu a pena, valeu apenas a caminhada, valeu a pena a espera e esta valendo a pena muito mais do que eu imaginava.

Parabéns a todos e todas por este momento importante da continuação dessa caminhada aqui que muitos passaram e muitos ainda estão aqui.

Grande abraço. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Sr. Aparecido.

Parabéns pelo resgate histórico muito importante.

Convidamos o Sr. Aberides Alves da Silva, fundador da rádio Alternativa FM Cristo Rei, Várzea Grande.

O SR. ABERIDES ALVES DA SILVA - Muito bem!

Meu nome é Aberides, como disse o Sr. Valdir Barranco.

Cumprimento a todos em nome do Deputado Valdir Barranco e do companheiro Sr. Adão, que apareceu aqui hoje - há muito tempo a gente não o via.

Quero dizer que sou fundador da rádio Alternativa FM Cristo Rei, enfrentamos uma luta muito grande, mas, Graças a Deus, a rádio está no ar até hoje.

Em 1988 a fundamos, houve muita luta, mas valeu apenas, como disse o Sr. Cido.

Quero dizer que com respeito à rádio comunitária é um direito das pessoas, um direito à comunicação, direito à informação, é um direito humano.

Nós não somos donos da rádio, podemos ser donos do equipamento, mas da rádio não.

Por quê? O espectro de rádio funciona lá em cima e lá não tem dono. É por isso que é um direito, por isso que é um direito humano, como a terra. Por exemplo, ninguém faz um pedaço de terra para ele. A terra é um bem natural da humanidade. No entanto, usam a terra como propriedade, quanto mais terra melhor. Toda a riqueza do mundo vem da terra.

A água também é um bem natural da humanidade e estão usando comercialmente a água para ganhar dinheiro.

Rádio também. O que a Globo vem fazendo neste País? O que a Globo faz é o quê? É comunicação? É comunicação. Mas a favor deles, do lado deles.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

A Globo está servindo para que, gente? Para derrubar governo. Foi isso que a Globo fez agora com o Governo Dilma Rousseff. Sem o apoio da mídia não aconteceria isso. Os caras estão escondidos lá atrás.

Quero parabenizar a fala do professor Sr. Spenthof, quando ele diz de novo, muita gente fala que é dono da rádio, não tem nada disso não, pode ser dono do equipamento, mas a rádio tem que servir à sociedade, servir à comunidade. Isso que nós fazemos no Cristo Rei a porta da rádio Alternativa está aberta todos os dias para nossa comunidade.

Eu mandar um recadinho ao nosso Governador Pedro Taques, quando ele lançou a candidatura dele ao Senado, ele lançou na rádio Alternativa do Cristo Rei, por intermédio do jornalista Davi de Paula.

Nós, da rádio comunitária, fazemos mesmo serviço praticamente das rádios comerciais. Agora, porque estamos alijados desse processo de financiamento, por quê? Por que essa discriminação?

Então, Governador faça um favor, dê uma força para nós, institua uma forma de nós também recebermos um pedacinho dessa verba pública. Essa verba é pública! Porque que tem que servir os poucos e a grande maioria fica fora?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Aberildes.

Convido para fazer uso da palavra, Humberto Marques Diretor da Rádio Alternativa FM, depois nós teremos Edson Pires, Adão de Goes, por último, João Batista ex-Prefeito de Claudia. Com a palavra o Sr. Humberto, depois o Sr. Edson Pires.

O SR. ROBERTO MARQUES - Só uma retificação, Roberto Marques.

Em primeiro lugar, boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Perdão! É que anotaram aqui Humberto. Roberto Marques, então.

O SR. ROBERTO MARQUES - Boa tarde a todos.

Nós que somos de rádios comunitárias há muito anos, praticamente dez, onze anos que estamos lá trabalhando naquela comunidade: a grande Cristo Rei.

Falar em rádio comunitária é bom, falar nos microfones da rádio, chegar lá e falar com ouvinte, bater aquele papo legal, “Ô dona Maria! senhor José, bom dia! Boa tarde!” levar uma informação, falar de um evento, a prestação de serviço, fulano perdeu documentos, estão aqui, venha buscar. Em 2014, nós fomos um pouco mais além desses projetos, o Chuchu é parceiro, falou o que aconteceu na rádio, nós tivemos um acontecimento no programa da Rádio Alternativa que até hoje eu gosto de lembrar.

Uma família morava em Campo Grande e lá se perdeu dos irmãos e tal e vai, vai... Quarenta anos se passaram.

E um dia, estava ouvindo um programa nosso lá e ligou para a direção, foi Aberides quem atendeu. “Olá, eu sou de São Paulo e estava ouvindo esta rádio pela *internet* e queria ver se encontrava os meus parentes aí”. Tudo bem!

Falei umas duas, três vezes no microfone. No outro dia de manhã, tinham quatro irmãos da família desta mulher. Aí, o Aberides, que está aí, pegou o telefone e ligou para esta mulher de São Paulo, era uma policial e ela estava no ônibus indo para o trabalho.

Oi, bom dia! E tal aqui é da rádio. Nós estamos aqui com pessoas... Essa mulher lá no ônibus falando: “Está aqui e tal... Fala com essa pessoa.” “Ô, fulano, sou eu, meu irmão...” Ela

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

gritava dentro do Ônibus e falava: “Gente, eu não estou louca, não! São os meus parentes que eu não vejo há mais de quarenta anos”. Então, são fatos que aconteceram que ficamos felizes por isso.

Em 2013, 2014, 2015 e 2016, montamos uma equipe de esportes e fomos transmitir os jogos amadores e aí fomos aos jogos profissionais. Lá nos conseguimos transmitir Santos, Corinthians, Palmeiras, não só da Arena como de algumas cidades vizinhas. Mas recurso para isso, nós temos uma dificuldade danada, porque nós não podemos falar que o Sr. Zé vende um tomate a dois reais, que Dona Maria vende uma banana por 500 reais, porque o Praxedes e a família dele vão lá e não voltam de jeito nenhum com a mala vazia, porque a faca dele é grande. Nós temos lá um monte de multas, no caso desse motivo. Então, nós temos dificuldade para fazer rádio comunitária. Se não tivermos o apoio financeiro do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, da Câmaras Municipais, das Prefeituras, é complicado fazer rádio comunitária.

Gostaria de deixar esse registro e pedir ao nobre Deputado Valdir Barranco com essa força, ao Tribunal de Contas e ao Governo do Estado para melhorar essa condição e levar nem que seja um pouquinho para as rádios comunitárias. Era só isso! Boa tarde! Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Alberto.

Com a palavra, o Edson Pires, Presidente da Associação do Bairro Jardim Brasil-Cuiabá, o próximo será o Adão de Goes.

O SR. EDSON PIRES – Boa tarde a todos!

Eu quero cumprimentar o Deputado Valdir Barranco; agradecer o Geremias dos Santos pelo convite para estar aqui.

Confesso aos senhores que eu havia me afastado dos microfones, estou afastado dos microfones, um pouco perplexo com a falta de bom senso na comunicação que nós temos vivenciado nos últimos tempos, até por questões aqui ditas de fato, nós observamos que há uma tendência enorme, forte, veementemente políticas por meio dos microfones, seja elas das rádios comunitárias, das rádios comerciais, dos veículos de comunicações, e eu fico imaginando o que Chacrinha diria nos dias de hoje, não é? Eu cresci ouvindo Chacrinha, por isso amo comunicação, ouvido Chacrinha dizer, nas tardes de sábado, por meio desse veículo de comunicação muito criticado aqui, que eu posso até dizer, todos disseram, *Rede Globo*, todo mundo critica, mas a comunicação é o poder da fala, é o poder da comunicação.

Eu estou indignado com a comunicação, porque em 2010, se não me falha a memória, foi em 2010 a Rio+20, nós estávamos ali na Rádio Cúpula dos Povos, transmitindo, em cinco línguas, para o mundo todo, tudo que o que acontecia simultaneamente na Rio+20, e de repente, nós nos vimos cercados por Batalhões da PM do Rio de Janeiro, tentando cercar o nosso direito de fala, de transmitir pela *internet Web* Rádio Cúpula dos Povos, para o mundo todo, o que estava acontecendo na Rio+20, de forma arbitrária. E dessa mesma forma, eu já passei por isso em rádios comerciais, eu já passei por isso em rádios comunitárias, que por questões de ética eu não vou citá-las, porque eu me considero um comunicador, não aprendi em banco de faculdade, ainda não tive essa oportunidade. Eu quero aqui deixar aos nobres representantes do Governo, ao representante da ABRAÇO...

Ao companheiro de Goiás, eu quero dizer que ajudei a fundar, com a família Lobianco, a Rádio Hippie, com a família Lobianco, Jarcino Lobianco, Guilherme Lobianco, participei da equipe *happy hour* da Rádio Araguaia FM, como foi a tradição da nossa Rádio Cuiabana FM; a Rádio Araguaia FM, lá em Goiânia, também já não existe mais, não sei, talvez por causa das burocracias comerciais, nós estamos colocando o valor do dinheiro acima de tudo, acima da educação, porque quem ama o veículo de comunicação, primeiramente, tem que pensar que ele

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

tem um canhão na mão para formar opiniões, mas não para induzir opiniões de pessoas, mas fazer com que o ser do outro lado, o ouvinte, o receptor comece a despertar o seu senso crítico e tirar das suas próprias ideias aquilo que ele melhor achar que lhe convém, mas não começar fazer de determinadas rádios comunitárias ou comerciais veículos de comunicação para canalizar politicamente certos partidos. E aqui eu ouvi dizer sobre isso.

Eu quero deixar uma pergunta, eu já vou encerrar, vou encerrar com esta pergunta, até porque tempo esgotado, teria muito mais que falar para podermos melhorar um pouco nessa questão, quero cumprimentar meu companheiro Jonail, Vice-Presidente da UCAMB - União Cuiabana das Associações de Moradores de Bairros, consolidado com o senhor porque foi o único dessa mesa que não veio aqui fazer uso da fala. Eu cobrei, ali do meio plateia, que você viesse falar, porque eu sei do seu pensamento, da sua cabeça pensante e tem muito a contribuir em qualquer ambiente que esteja. Viu, Jonail? Faço aqui dessas palavras, porque te admiro mesmo como cidadão, cidadão brasileiro, mato-grossense, cuiabano, negro como é, negro com orgulho, eu falo com orgulho também, porque o meu pai é negro, baiano.

Então, meu xará, Edson, eu gostaria de perguntar para o senhor, porque, se não me falha a memória, lá pelos idos de 2009, também, eu assistindo a *TV Senado*, da minha casa, eu ouvi falar de uma CPI das Rádios Comunitárias, porque os Senadores perceberam que as rádios comunitárias que foram outorgadas nesses últimos 10 anos estavam sendo veementemente usada com fins partidários. Eu nunca mais ouvi falar dessa CPI das Rádios Comunitárias.

Eu gostaria de saber se isso existiu mesmo ou se foi um sonho meu, se existe essa CPI e por que ela foi implantada lá pelos anos de 2009? Eu gostaria de ouvir do senhor, porque o senhor está mais por dentro desse assunto.

Obrigado, gente, desculpem-me por delongar um pouquinho, mas é externar um pouco a minha indignação, porque nós temos muito que melhorar como comunicador que somos, obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Edson.

Com a palavra, o nosso companheiro Adão de Góis Alves, da Rádio Vale FM de Barra do Bugres.

O SR. ADÃO DE GÓIS ALVES – Boa tarde, Deputado Valdir Barranco! Boa tarde a todos vocês.

Eu vou procurar falar, explanar isso daí em três minutos, mas é com satisfação.

Cido, obrigado pela lembrança.

Em 1996, em Brasília, criava-se uma Audiência do FNDC, em que foi citado o nome da ABRAÇO, em dezembro de 1996, foi criada a ABRAÇO, que foi criada no FNDC, Fórum de Desenvolvimento da Comunicação, isso temos que deixar bem claro.

De antemão, eu vejo a indignação... As rádios comunitárias foram criadas pela esquerda, não tem que chegar e falar que é a partidária, foram criadas pela esquerda, como bem dito pelo Sr. Cido, e foram criadas justamente para bater de frente com estas oligarquias políticas, nós não vamos daqui baixar a cabeça com essa indignação, entre aspas, que não é aceitável no momento político hoje, não é aceitável.

Primeiro, eu vou parabenizar e externar a presença do Sr. Praxedes aqui. Sr. Praxedes, eu quero pedir desculpas pelo o que nós já transtornamos, já fizemos, como o senhor até colocou aqui, com a situação do Sr. Geremias. Lá, na rádio de Barra do Bugres, não foi diferente, o senhor sabe disso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Mas, bater de frente para justamente nós termos esse momento como agora, não estamos de brincadeira aqui com o fulano ou beltrano não. Para chegar aonde chegamos, em que você chega com o pedido – como bem dito pelo Sr. Praxedes – de rádio comunitária, com 30 dias já dava. Foram 13 anos para nós conseguirmos a outorga, 13 anos. Sabe como? Com 05 Delegados da Polícia Federal e 08 agentes para deixar nós aqui na Superintendência da Polícia, isso está gravado, fora os agentes da Anatel, está gravado.

Hoje, eu me sinto orgulhoso, Sr. Praxedes, muito obrigado. Hoje, eu volto para Barra do Bugres feliz, porque o futuro das rádios comunitárias depende sim de nós, não quero saber de que partido, de que religião, de quem for. O professor foi bem claro na palavra dele, da democratização dos veículos de comunicação, é isso que nós temos que pensar, o FNDC é bem claro ao lutar por essas situações.

Esse negócio de minha rádio, minha rádio não existe. A rádio comunitária não pode receber patrocínio? Pode sim, porque, no artigo do nosso Estatuto, tem lá que nós temos que desenvolver o comércio local de cada cidade. Que patrocínio é esse? É de ilusão? Faz onde quiser, quem for... Porque nós não estamos aqui para mendigar para Governo, para Assembleia Legislativa, para ninguém, nós estamos para mendigar lá no nosso comércio local e valorizar o comércio e fortalecer, como diz nosso estatuto, como diz nosso estatuto de cada um. Para termos autonomia, nós temos que trabalhar em cada cidade, respeitando democraticamente todo e qualquer Partido, toda e qualquer religião e principalmente a questão da LGBT, a questão racial e tudo mais, é isso que nós temos.

É por isso que eu saio daqui renovado, só de ver o Praxedes sentado nessa mesa, não é à toa, gente, eu peço Praxedes, cadê o corintiano? Eu esqueci o nome dele. Manoel? Manoel. Praxedes, o senhor falou aqui para o Geremias que precisamos ter uma assessoria, nós precisamos da ANATEL para nos assessorar e ir lá aos quilombolas, assessorá-los para abrir a rádio, porque o Governo tem que dar assessoria para nós, não nos fiscalizar, porque a partir de agora nós teremos isso.

Gente, poderia externar mais, a história é grande, hoje nós completamos 21 anos de luta, não é à toa – o tempo está esgotado.

Obrigado, boa tarde a todos. Só agradecer o Deputado Valdir Barranco, o Deputado Prof. Allan Kardec, Deputado Ságuas, que são do PT, sim, porque se não fosse o PT as rádios comunitária não estariam dentro do Estado de Mato Grosso, isso é bem claro, mas respeitando a Assembleia Legislativa, o Governo, que são do PSDB, do DEM, PPS de todos os Partidos, porque eles também estão em cada região, porque regionalizar rádio comunitária é superimportante, o professor sabe muito bem disso, se ele está pesquisando, cada cidade tem as suas políticas e o seu pensamento diferente.

Obrigado, boa tarde. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Valeu, Adão.

Convido o nosso último inscrito, João Batista, Ex-Prefeito de Cláudia. Na sequência, o Professor Dr. Edson vai fazer as suas considerações finais; depois, o Sr. Geremias.

O SR. JOÃO BATISTA – Muito obrigado, Deputado Valdir Barranco. Boa tarde a todos.

Eu venho hoje falar em nome da Rádio Comunitária Nativa FM, do Município de Cláudia, assim como Adão, o Geremias, quantos companheiros que fizemos reuniões e reuniões, que ficamos presos dentro do estúdio, com a polícia do lado de fora, a ANATEL, dando depoimento, pagando cesta básica, vindo aqui em Cuiabá para tentar levar os equipamentos de volta para a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

cidade, para recuperar, mendigar na cidade de comércio em comércio para comprar equipamentos de novo para colocar a rádio no ar. E hoje a Rádio Nativa, desde 2012, está homologada, trabalhando, e está muito bem, graças a Deus.

Eu ouvi o Adão falar aqui - e parabenizo o Praxedes -, e eu me lembro que aproximadamente há uns quinze anos, eu acredito, que a ABRAÇO fez uma reunião na sede do Sindicato, eu não me lembro onde que foi, lembra, Adão? E lá tínhamos, naquela reunião, agentes da ANATEL junto, participando, mas escondido, camuflado, porque não tinha o diálogo, não tinha mesmo, naquela época, era frente a frente. Hoje temos que parabenizar aqui a presença da ANATEL, do Ministério das Comunicações, na Audiência Pública, o convite que o Deputado fez para que estivesse conosco, porque realmente precisamos estar juntos, somando para que as coisas andem melhor.

Mas, o que falta ainda é o nosso Congresso Nacional, os Deputados Federais, que temos que fazer esse apelo a atender...

Teve agora uma alteração da lei, a Medida Provisória nº 747, que eu não ouvi falar aqui, mas a alteração teve problemas lá - foi falado bem na hora em que eu saí para ir ao banheiro - teve alteração, mas só teve alteração na última hora para atender as rádios comunitárias. A rádio comunitária estava ficando de fora. A ABRAÇO teve que ir lá e intervir.

Então, Audiência Pública, como esta, é importante ter mais para que realmente os nossos Deputados Federais enxerguem as rádios comunitárias e mudem essa lei. Porque não adianta virmos aqui cobrar, brigar com a ANATEL, com o fiscal, com o delegado, com o agente, que vai lá na cidade, se a Lei Maior, que é instituída pelos Deputados Federais, diz que é obrigação dele ir lá nos fiscalizar. Então, temos que cobrar deles. E essa Audiência Pública é muito importante.

E aqui eu encerro, agradecendo ao Deputado, em nome do Movimento Municipalista e Comunitário das Rádios de todo Mato Grosso. Muito obrigado! E que Deus nos abençoe! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, João Batista!

Eu quero avisar que nós vamos encaminhar um relatório do ocorrido aqui hoje, dos resultados para todos os que estiveram presentes. Vamos encaminhar as orientações legais aos interessados. O nosso mandato também vai enviar as demandas de Mato Grosso para os Parlamentares Federais e também para o Senado, os três Senadores aqui do Estado. Vamos comemorar aqui, Adão, que nós já alcançamos dois objetivos com esta Audiência Pública de hoje: o compromisso do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em exarar o seu parecer que possa legitimar o pagamento de publicidade pelos órgãos do Estado e dos municípios... (PALMAS)

Também o compromisso do Governador do Estado de Mato Grosso de que o Estado apoie e apoiará as rádios comunitárias e, tão logo tenha o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, vai destinar parte dos recursos oriundos do orçamento para a publicidade para as rádios comunitárias.

Então, são dois grandes avanços e não param por aqui, a Audiência Pública se encerrará daqui a alguns minutos, mas os nossos compromissos em organizar e contribuir com a organização das rádios comunitárias, permanentemente, continuam.

Convido o Professor Dr. Edson Luiz Spenthof para fazer as suas considerações finais e, na sequência, o Jeremias dos Santos.

O SR. EDSON LUIZ SPENTHOF - Muito obrigado, Deputado Valdir Barranco.

O Aberides Alves falou em direitos humanos, é um excelente mote para terminarmos uma Audiência Pública tão importante, e é como o Deputado acabou de dizer que já

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

está trazendo resultados bastante práticos. É por isso que é um serviço público, porque atende a um direito humano fundamental de acesso à informação e de forma potencializada - digamos - de expressar também a sua opinião, claro, atendidas todas as regras, todos os trâmites desse serviço comunitário de comunicação. E comunitário e comunicação, se os senhores perceberem, tem uma raiz comum, que é comum, comum é de comunhão, de partilha, de troca, de diálogo, de vivência nas próprias comunidades. Como então não considerar importante esse serviço? Como não valorizar? E é o que eu acho que está ocorrendo hoje aqui, é a valorização exatamente desse importante serviço como fundamental elemento de democracia, de consolidação da democracia na nossa sociedade. E aí é preciso que, de fato, de novo - eu vou repetir um pouco - nós pensemos: liberdade é bom, é necessário, e sem liberdade não se realiza na sua plenitude a condição humana e condição de cidadã, mas sem igualdade, a liberdade não é nada, porque nós precisamos de iguais condições de exercer a liberdade.

Então, se eu vejo uma poderosa *Rede Globo*, poderosa *Rede Bandeirantes*, entendendo que é livre para comunicar o que quer, essa liberdade vira tirania, se nós, como sociedade, não tivermos também igual oportunidade de expressão de fala e de comunicação. Essa igualdade só é restaurada, esse equilíbrio só é promovido pelo agente público, pelo Estado. E o Estado, em suma, somos todos nós. Portanto, a cobrança tem, de fato, que partir de todos nós e é de certa forma, de certa forma não, de muita forma, vamos dizer assim, o que está sendo feito aqui hoje. E aí não poderia deixar de, mais uma vez, parabenizá-los pela disposição, pelo debate, pela preocupação com o tema e, de minha parte, quero agradecer e dizer, Deputado Valdir Barranco, que a participação de um professor num debate como esses, nada mais é do que a universidade pública cumprindo o seu papel de sair dos muros e contribuir com a sociedade. Então, mais do que um mérito, ou seja lá o que for, eu me sinto aqui hoje, cumprindo uma obrigação pública, também, pelo que eu tenho que agradecer mais uma vez.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Professor, Dr. Edson.

Convido, então, o Sr. Geremias para as suas considerações finais.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS - Em nome do movimento radiodifusão comunitária, ABRAÇO, quero agradecer a presença do companheiro Valdeci, de Goiás; do Ernesto, representando o Ministério, parece que o Ministério agora tomou uma outra decisão política, ao invés de melhorar, vai piorar, principalmente, tirando o escritório aqui de Mato Grosso e passando, concentrando tudo em Goiânia, não sei por que não vai logo tudo para Brasília. Qual é a diferença? E, também, agradeço o representante, o Secretário-Adjunto da AGECOM, gostaria de externar a ele os nossos abraços, o companheiro Kleber Lima, que também foi militante há muito tempo, nós trabalhamos juntos nas lutas sociais, hoje está em outro campo, mas a consideração é muito grande. E, talvez, seja por conta dele que abre um espaço para o rádio, porque nós já nos conhecemos há muito tempo e sabemos que o Sr. Kleber Lima tem todo um carinho pelo meio de comunicação chamado rádio.

Também, agradecer a presença do Ministério Público, da DP-Defensoria Pública. Inclusive, queremos fazer parceria com vocês para que possam fazer programas com o objetivo de melhorar o conhecimento e a informação para a população. Da mesma forma, hoje, já temos programa que o DPU elabora e já estamos colocando nas emissoras, inclusive, orientando as emissoras em Mato Grosso. Por quê? Porque esse é um papel extraordinário que a rádio comunitária tem que fazer. Dependem das rádios comerciais elas só fazem programas educativos, com o teor de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

melhorar cada vez mais o conhecimento da população só a peso de grana, de verba e a rádio comunitária não.

Então, essa é uma tarefa das rádios comunitárias, criada na década de 90, que temos que fazer com todo amor e carinho, porque é um papel extraordinário quando você fica sabendo por meio do ouvinte que determinadas coisas ele aprendeu ouvindo rádio, ouvindo os programas.

Quero agradecer todos os companheiros da mesa, o Sr. Praxedes.

Com o Sr. Praxedes nós já temos uma luta há algum tempo. Espero que não aconteça como da última vez: tivemos um encontro promovido pelos companheiros da rádio, no escritório da rádio, um seminário que sempre fazemos - infelizmente, ano passado não teve esse seminário - e entre os debates, passados dois dias, eu tive um infarto. Eu falei: será que foi por conta da discussão com a ANATEL? Mas nada! Era questão que não cuidamos muito da saúde e acaba uma hora desembocando... Mas nós estamos aqui, renovadas as forças.

Acima de tudo, quero agradecer o Deputado Valdir Barranco que acreditou.

Quero dizer: Deputado Valdir Barranco, a lei existe desde 19 de fevereiro de 1998 e aqui, em Mato Grosso, é a terceira Audiência Pública realizada para discutir esse assunto. Agora, acho que terá, pelo menos, dessas três audiências, um encaminhamento muito bom para as rádios comunitárias na medida em que o representante - esqueci o nome dele - do Conselheiro Antônio Joaquim, Sr. Paulo - desculpe, Paulo, obrigado por você ter nos dado uma notícia boa - vai encaminhar de acordo como foi encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, porque uma coisa é o que está escrito na lei e outra coisa é a questão social.

Então, muitas vezes, temos que passar por cima de algumas questões legais para que a população usufrua. Eu não vou citar exemplos. Poderíamos citar “n” exemplos aqui que é a força da população que faz, muitas vezes, mudar uma legislação caótica que não atende o interesse e muito menos é atualizada.

Portanto, Deputado Valdir Barranco, eu acho que esta Audiência Pública entendeu os propósitos. Queremos que as rádios comunitárias de Mato Grosso se fortaleçam e, acima de tudo, contribuam para o conhecimento, para a informação da população, do nosso ouvinte. Eu acho que esse é o papel da rádio. Fazer alguns programas como existe, alguns programas de rede, da grande mídia, acho que não contribui em nada com a população, principalmente programas que só têm como objetivo minimizar o grande papel, do negro, do índio. A rádio comunitária não pode entrar nessa. Acho que temos que contribuir com a formação do nosso povo para darmos um salto de qualidade rumo a um país melhor, com distribuição de renda, todos com emprego, com habitação, com sua necessidade básica garantida.

Portanto, obrigado Deputado!

Obrigado a todos que estiveram presentes, principalmente a rádio comunitária.

Quero dizer a vocês o seguinte: só conquista quem luta e rádio comunitária não é rádio comercial. A rádio comunitária nasceu da luta e é na luta que nós temos que estar sempre.

Obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Geremias.

Quero em nome da minha Chefe de Gabinete, Prof.^a Rosa Neide, agradecer cada uma e cada um dos meus assessores que têm se dedicado no dia a dia muito para que o nosso mandato possa retribuir a toda expectativa depositada as urnas e recuperar os dois anos que nos foram tirados injustamente. Temos trabalhado e muito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Então, quero agradecer e parabenizar. Dizer que a cada novo desafio é mais trabalho, é mais responsabilidade, mas nós fomos eleito para isso e ganhamos salário do dinheiro do povo para isso.

Quero aproveitar para convidar a sociedade mato-grossense para semana que vem, dia 24, estar aqui, na Assembleia Legislativa, Audiência Pública para discutir a reforma do ensino médio e quais suas interferências no dia a dia dos profissionais de educação, dos alunos, dos pais, da sociedade mato-grossense, da sociedade brasileira como um todo. Receberemos especialistas do ensino. É uma Audiência Pública promovida com o Sindicato dos Profissionais da Educação, com o SINTEP como parceiro nosso. Então, estão todos convidados e convidadas.

Dia 27 de março, às 14h30min, lembrando que a Audiência Pública para discutir a reforma do ensino médio será no dia 24, às 09h da manhã...

Dia 27 de março, às 14h, no Auditório da Câmara Municipal de Várzea Grande, em parceria com a Prefeitura Municipal de Várzea Grande e com a Câmara Municipal, realizaremos Audiência Pública para discutir com a sociedade várzea-grandense a regularização urbana e rural. Várzea Grande que tem mais de 80% do seu território sem documento.

Convidar, também, para o próximo dia 07 de abril, às 14h30min, na Câmara Municipal de Confresa, Dr^a Sandra que está aqui e é representante do Municípios, teremos Audiência Pública para discutir com a sociedade, com as instituições e com os representantes dos municípios circunvizinhos, a regularização fundiária do Araguaia, de toda região próxima à querida cidade de Confresa.

No dia 13 de abril, aqui, no Auditório Milton Figueiredo, às 14h30min, estaremos numa Audiência Pública para discutir sobre a assistência técnica, organização da produção e comercialização...

Zito Portela, nós discutiremos aqui a organização da agricultura familiar em toda a sua cadeia, desde a produção até a comercialização.

No dia 24 de abril, no Município de Rondonópolis, discutiremos com a sociedade de Rondonópolis a regularização fundiária do município e dos municípios vizinhos.

E no dia 30, já foi requerido ontem, estaremos no Município de Sinop para debater com as autoridades a extrema agressão que a Companhia Energética Sinop está promovendo com as famílias assentadas do Assentamento Wesley Manoel. Duzentas e quatorze famílias serão atingidas pela barragem, pelas águas da hidroelétrica e não estão tendo um cumprimento daquilo que foi acordado no TAC com o INCRA e com o Ministério Público. Simplesmente, a Companhia Energética de Sinop está fazendo com que eles sejam forçados a sair dos seus lotes onde durante vinte anos produziram, plantaram seus sonhos, criaram as suas famílias com muita dignidade. Agora, chegou lá a Companhia Energética de Sinop com dinheiro no bolso do BNDES, com dinheiro público, bilhões de reais. Ela tinha o compromisso de conseguir uma área para reassentar as famílias, teria que colocar infraestrutura nas casas, a escola, o posto de saúde tal qual eles construíram durante vinte anos, mas, agora, o Ministério Público está lavando as mãos; e agora a sociedade, principalmente os políticos não querem falar mais disso; agora a Procuradoria, o INCRA não está se manifestando sobre isso. E nós vamos promover essa Audiência Pública lá em Sinop, no dia 30, às 19h, para discutir com toda a sociedade, com as famílias afetadas, com o Ministério Público Federal, com os representantes da SES, com a Procuradoria do INCRA, com a Advocacia Geral da União e encontrar um caminho que traga dignidade a essas famílias.

Eu quero aqui, por fim, agradecer cada um e cada uma que compôs a mesa: Marcy Monteiro, Secretário Adjunto de Comunicação, muito obrigado pela sua presença, leve o nosso

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA: RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2017, ÀS 15H30MIN.

abraço ao Secretário Estadual de Comunicação, Kleber Lima; Paulo Nunes, que já não se faz presente, mas foi muito importante aqui, trazendo a informação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso de que vai apreciar e em um breve tempo nos dará o parecer do que as rádios comunitárias podem ou não podem. Mas, pelo que ele disse, vão acompanhar. Já está decidido o que ocorreu em Goiás, onde o Tribunal de Contas do Estado decidiu que os governos, tanto Estadual quando municipais e Câmara de Vereadores, podem, sim, investir em publicidade nas rádios comunitárias.

Dr. Fernando Ciscato Bastos, Defensor Público, muito obrigado pela sua presença. Tenho certeza que aqui foi falado que é preciso assessorar que nesses momentos de dificuldades a Defensoria Pública está sempre pronta para fazer o socorro a essas lideranças.

Ernesto Hideo Okano, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; José Praxedes Pereira da Silva, Gerente da ANATEL, Agência de Telecomunicações, Unidade Operacional de Cuiabá, muito obrigado!

Eu acho que ninguém sai daqui deixando as lideranças tão felizes quanto o senhor, Dr. José Praxedes.

Volney Albano, que aqui representa o Deputado Federal Ságuas Moraes; Jonail da Costa Silva, não fez uso da palavra, mas já teceram todo elogio para o senhor - muito obrigado; o nosso companheiro Geremias dos Santos, que esteve à frente dessa organização – parabéns; o Valdeci Pereira Borges, muito obrigado por ter aceitado o convite e deslocado lá de Goiás para estar aqui conosco e também nos ajudar com toda sua experiência; por último, o Dr. Edson Spenthof, Professor da Universidade Federal de Mato Grosso, Campos de Barra do Garças, nosso palestrante, muito obrigado por não ter medido esforços, ter se deslocado para cá e aceitado o convite. Tenho certeza que daqui todos, que participaram e nos acompanharam pela TV Assembleia Legislativa e pela Rádio Assembleia, vão sair com muito mais informações desde a origem da rádio comunitária, rádio pirata, lá no Reino Unido até os dias de hoje. Muito obrigado!

Quero dizer a todos e a todas que o nosso mandato está à disposição para que possamos construir caminhos para que tenhamos em cada canto deste Estado, Adão, uma rádio comunitária para que ela possa dialogar com o seu público, com as famílias da comunidade, levar cultura local, os costumes locais para que possamos fortalecer este Estado de Mato Grosso.

Em nome da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e em nome do nosso mandato quero agradecer a todos e a todas que aqui participaram, a todos os que nos ouviram e nos assistiram; agradecer ao Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Botelho, que nunca mediu esforços para que pudéssemos realizar as Audiências Públicas; agradecer a TV Assembleia Legislativa, a Rádio Assembleia e a todos os servidores que trabalham diuturnamente nesta Casa e merecem todo o nosso respeito.

Um grande abraço! Que possamos ter uma sexta-feira abençoada e um final de semana também abençoado! (PALMAS).

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O TEMA:
RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE
2017, ÀS 15H30MIN.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.